

ANO 8 NÚMERO 13

CADERNOS SESC DE CIDADANIA

Accessibilidade: Direito à Cidade | 2017

sescsp.org.br

Sesc

Accessibilidade: Direito à Cidade { REPORTAGEM: Mais do que o acesso a equipamentos urbanos, a sociedade deve buscar meios para conferir cidadania plena às pessoas com deficiência { CAPACITISMO: Às vezes disfarçado de gentileza, preconceito sutil isola a pessoa com deficiência { INTERVENÇÃO: O artista Pazé discute obstáculos à mobilidade em SP { PERFIL: Glauco Mattoso, poeta polêmico e contestador, revela as suas contradições { CONTO: Uma história de acessibilidade cultural.

Bibliotecas no Sesc



A rede de bibliotecas do Sesc São Paulo disponibiliza livros, jornais e revistas para todos os públicos. São espaços de convivência e de diálogos entre leitores de todas as idades e o universo dos livros e da literatura.

Equipamentos para pessoas com deficiência visual [total ou parcial] como scanner de voz, linha braile e ampliador de caracteres, tornam o conteúdo acessível e estão disponíveis nas unidades 24 de Maio, Carmo, Centro de Pesquisa e Formação, Belenzinho, Bom Retiro, Santo Amaro, Santo André, Santos e Sorocaba.

Saiba mais em sescsp.org.br/bibliotecas

UNIVERSALIDADE: UMA FORMA DE DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL

Danilo Santos de Miranda
Diretor Regional do Sesc São Paulo

A IDEIA DE CIDADANIA PRESSUPÕE QUE AS PESSOAS POSSAM DESFRUTAR DE UM determinado espaço compartilhado democraticamente, ou seja, há um fundamento de igualdade e de liberdade neste conceito. No entanto, há que se assegurar uma universalidade que permita este exercício, tendo em conta as diferentes condições de acesso de cada indivíduo em sua singularidade. Trata-se de acolher a diversidade, considerando-a num espectro igualitário de oportunidades.

Há uma série de movimentos para reduzir as barreiras físicas e simbólicas que impedem o processo inclusivo de pessoas com deficiência. Além do debate crescente, há uma produção de conhecimento que busca apreender estas adaptações e propor medidas pragmáticas que passam por aspectos espaciais, pela contemplação da multisensorialidade e pela acessibilidade atitudinal, que aborda as relações humanas, que independem de equipamentos e talvez seja um dos pontos de maior influência no processo inclusivo. Ainda que haja muito a ser feito, uma série de experiências relacionadas à cultura, educação e mobilidade podem inspirar e referenciar outras iniciativas. Uma das formas oportunas de compartilhar esses saberes é a realização de um encontro como o seminário Modos de Acessar: Deficiência e Cidadania.

Posto que o trabalho de educação para a diversidade desenvolvido pelo Sesc é perpassado, entre outros elementos, pela democratização cultural, tais ações se revestem de caminhos possíveis para uma formação sensível ampliada e para um estímulo à convivência mútua entre os diversos públicos. ■

índice }

Baixe grátis essa e outras publicações do Sesc São Paulo:



p.5 *artigo Sesc*

A acessibilidade, vista como um aspecto da educação para a diferença, deve ser um compromisso de todos.

p.8 *reportagem especial*

Muito além das rampas e elevadores, discutir acessibilidade hoje é discutir o direito à cidade.

p.18 *intervenção*

O artista plástico cadeirante Pazé faz intervenções em São Paulo para discutir obstáculos da cidade às pessoas.

p.20 *perfil*

Conheça a vida e obra do poeta cego Glauco Mattoso, autor de mais de 50 livros.

p.24 *capacitismo*

Disfarçado de “gentileza”, o capacitismo pressupõe que pessoas deficientes são “inválidas” e as isola.

p.32 *entrevista*

Eduardo Cardoso, professor da UFRGS, fala da importância de ampliar o conceito de acessibilidade.

p.36 *artigo*

Ney Wendell, da Universidade de Québec, escreve sobre acessibilidade cultural.

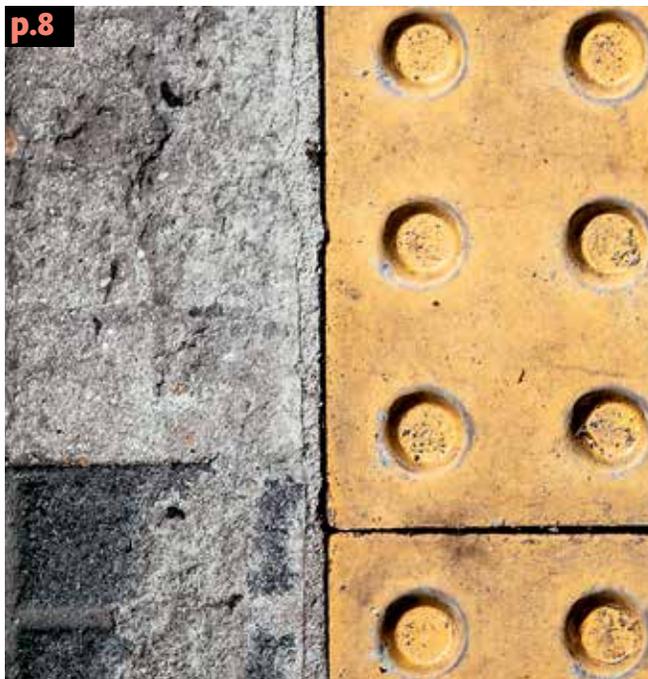


Foto: Flavia Valsani

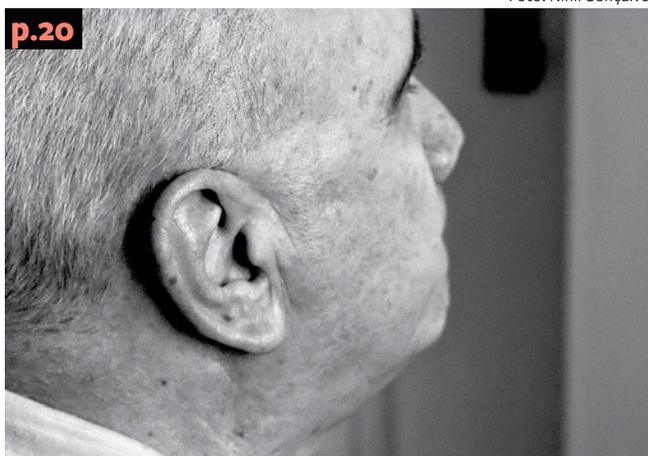


Foto: Ninil Gonçalves



Foto: Lúcio Érico/Sesc SP

Expediente

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

Administração Regional no Estado de São Paulo

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL
Abram Szajman

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL
Danilo Santos de Miranda

SUPERINTENDENTES

COMUNICAÇÃO SOCIAL Ivan Giannini
TÉCNICO-SOCIAL Joel Naimayer Padula
ADMINISTRAÇÃO Luiz Deoclécio Massaro
Galina ASSESSORIA TÉCNICA E DE PLANEJAMENTO Sérgio José Battistelli

Cadernos Sesc de Cidadania Acessibilidade: Direito à Cidade

GERÊNCIA DE ARTES GRÁFICAS Hélcio Magalhães ADJUNTA Karina Musumeci
ASSISTENTES Gislene Lopes e Rogério Ianelli PRODUÇÃO DIGITAL Ana Paula Fraay e Veridiana Piccinini
ANÚNCIOS Gabriela Borsoi ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO Marta Colabone
ADJUNTO Iã Paulo Ribeiro ASSISTENTE Ioná Damiana de Souza ESTUDOS PARA SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA
Maria Alice O. O. Nassif ADJUNTA Denise Baena ASSISTENTES Lígia Zamaro e Octavio Weber

EDITOR Renato Essenfelder PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Marcio Freitas REPORTAGEM Bruno Lazaretti, Camilo Gomide, Gabriel Vituri e Gustavo Torniero TRATAMENTO DE IMAGEM Edson Sales

A revista Cadernos Sesc de Cidadania é uma publicação do Sesc São Paulo. Distribuição gratuita. Nenhuma pessoa está autorizada a vender anúncios.

IMPRESSO EM NOVEMBRO DE 2017
TIRAGEM: 10.000 exemplares

Acesse a versão on-line e baixe a versão PDF desta revista em sescsp.org.br

Sesc São Paulo
Av. Álvaro Ramos, 991
03331-000 São Paulo – SP
Tel.: (11) 2607-8255

sescsp.org.br



ACESSIBILIDADE: DIREITO À CIDADE

A cidadania plena das pessoas com deficiência só será exercida quando o pertencimento delas à cidade for trabalhado além da dimensão apenas física e considerar também nossas atitudes

texto: Ligia Helena F. Zamaro*

SEGUNDO A CONVENÇÃO DA ONU SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM

Deficiência, estas “são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. Paralelamente, os dados do Censo 2010 revelam que a deficiência é uma característica em 23,9% da população: 45,6 milhões de pessoas no Brasil têm algum tipo de deficiência – física, visual, auditiva, intelectual, múltipla, sendo que representam cerca de 9 milhões de pessoas apenas no Estado de São Paulo.

Além delas, há populações que ainda se encontram algumas vezes invisíveis – as pessoas com transtorno do espectro autista, com déficit de atenção, com transtornos psicossociais, disléxicos, pessoas com nanismo e outras, com algum grau de analfabetismo funcional ou plenamente analfabetas. Embora estas condições não caracterizem especificamente uma deficiência, tal como a definição anterior, os mecanismos de acessibilidade também favorecem a experiência destas populações em sua vida social.

O pressuposto conceitual do trabalho em acessibilidade no Sesc São Paulo é pautado diretamente no modelo social de deficiência – perspectiva atual que adota uma leitura sistêmica das barreiras (sociais, culturais, comunicacionais e

físicas), com foco na relação entre as pessoas e destas com o ambiente. Nesta ótica, a deficiência não é questão única do sujeito, isolada: é vinculada de forma complexa ao ambiente e suas barreiras relacionais, culturais e físicas, que podem prejudicar a participação das pessoas.

Entende-se a deficiência como uma característica humana, devendo ser respeitada e contemplada em um convívio social que se planeje plural.

As pessoas não podem ser definidas unicamente a partir de suas características orgânicas ou biológicas; são compreendidas em sua totalidade e complexidade humanas, recordando suas dimensões fundamentais (subjetividade, personalidade, identidade) dentro de um contexto socialmente construído e dinâmico.

Uma visão ampliada desses elementos contribui para que as pessoas com deficiência usufruam o acesso com autonomia e equidade. Assim, a acessibilidade seria uma manifestação possível da educação para a diferença, tendo como base a relação entre indivíduos e ambientes.

Barreiras atitudinais

O entendimento da pessoa com deficiência em uma perspectiva social – para além de uma visão estritamente médica ou assistencialista – nos faz perceber como as reais barreiras eventualmente residem nas atitudes, que

* Assistente Técnica da Gerência de Estudos para Sustentabilidade e Cidadania

podem ser limitadoras de um processo de emancipação e independência. Ou seja, dificultam o exercício da cidadania plena das pessoas com deficiência.

O Sesc São Paulo focaliza suas ações em um atendimento pleno de seu público prioritário – trabalhadores do comércio, bens, serviços, turismo e saúde, bem como seus dependentes, além da comunidade em geral. Com esta ênfase, o foco do olhar baseado no acesso também abrange trabalhadores que porventura apresentem algum tipo de deficiência. Por sinal, a inclusão no mercado de trabalho é crescente no país, em função dos dispositivos legais, como por exemplo, a Lei de Cotas (1991), que tem trazido oportunidades à inclusão laboral de pessoas com deficiência. O trabalho em acessibilidade também atinge outras esferas, como, por exemplo, a melhoria de qualidade de vida das pessoas com deficiência que trabalham no Sesc. É, portanto, muito relevante considerar o oferecimento de condições de participação livres de barreiras a cada vez mais pessoas, tornando de fato a experiência nas unidades do Sesc mais gratificante, acessível e potente a toda a comunidade envolvida no cotidiano das unidades.

A cidadania é exercida nas cidades, nas ruas, nas escolas, no trabalho, no deslocamento pelo transporte, aspectos que delineiam um desejo de cidade, que todos queremos: o lugar ao qual pertencemos, no qual vivemos com autonomia, segurança e no qual nosso direito de ir e vir é respeitado e assegurado. Isto é reflexo de um desejo coletivo: poder participar de sua pólis e ser reconhecido como parte dela é uma busca social essencial, pautada na ânsia de estabelecimento de relação, de troca e de vínculos.

Não seria diferente no caso das pessoas com deficiência. Uma pessoa cega certamente gostaria de locomover-se sozinha e com segurança pela cidade, com independência, para assistir a um filme. Uma pessoa com deficiência intelectual provavelmente desejaria mais autonomia para circular pelo transporte público e conhecer sua cidade sem receio de se

perder. Todos nós almejamos oportunidades semelhantes. Basta nos lembrarmos da sensação de visitar uma nova cidade pela primeira vez, buscando compreender como se inserir em outra lógica de lugar, de espaço e de temporalidade.

Direito à cidade

E por que relacionar acessibilidade e direito à cidade? E em se tratando de cidade, que espaço é esse (que o tempo todo permeia a individualidade e a coletividade, que entrelaça o público e o privado)? Que cidade é essa? E, sobretudo, para quem é ela? Quem dela se beneficia tal como é organizada, gerida, planejada?

As respostas sempre serão complexas, principalmente quando lidamos com uma leitura das relações comunitárias que atravessam a vivência urbana cotidiana.

A discussão sobre pertencimento à cidade passa por uma compreensão sobre as políticas públicas, sua articulação no planejamento de um local e seu impacto na vida coletiva. No Brasil, em 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão, que legitimou uma série de medidas para a paridade de acesso das pessoas com deficiência à educação, transporte, saúde, trabalho, esporte, cultura e lazer, dentre outras áreas relevantes.

Neste documento, muito do que foi ratificado na Convenção da ONU assume forma de lei federal, constituindo um marco evidente da construção de políticas apoiadas no acesso. E, embora se destine à população com deficiência, sua efetivação refletirá na qualidade de vida da sociedade como um todo.

Outro aspecto são os direitos culturais das pessoas com deficiência. Sua participação na cultura, como público ou criador, é direito humano inalienável, compondo, na sua ausência, um vácuo muito profundo na personalidade e identidade de um indivíduo. Em face disso, os ambientes culturais devem se preparar, garantindo o acesso cotidiano de seu público plural às experiências que proporcionam.

Para desenvolver essa dimensão, a educação não-formal é premissa essencial



A participação das pessoas com deficiência na cultura, como público ou criador, é direito humano inalienável, compondo, na sua ausência, um vácuo muito profundo na personalidade e identidade deste indivíduo.





de uma perspectiva ampliada de acessibilidade, que sustenta a Política de Acessibilidade do Sesc São Paulo, atualmente em construção na instituição.

Cidadania cultural

Para uma cidadania cultural não-excludente, há uma via de mão-dupla que conduz o trabalho com viés em acessibilidade ou a habilidade de criar acesso: em primeiro lugar, é preciso garantir o direito de ser público, ou seja, fomentar que a pessoa com deficiência tenha acesso à fruição, participação e experimentação de propostas culturais com equidade. Em segundo lugar, é necessário garantir o direito de ser criador, ou seja, incentivar que as pessoas com deficiência tenham acesso à criação, cocriação, protagonismo e desenvolvimento de propostas culturais com equidade em relação aos demais profissionais.

No Sesc São Paulo, na estrutura física e arquitetônica dos espaços, grande parte das edificações, inclusive as que estão em projeto, já encontram-se adequadas, quanto ao desenho

universal. Outras unidades mais antigas estão em adequação física.

Há iniciativas regulares também no campo de ações esportivas, que são desenvolvidas há mais de vinte anos, com ênfase em metodologias e difusão de saberes relacionados à prática esportiva de pessoas com deficiência.

O Sesc é parceiro de instâncias como, por exemplo, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizando anualmente a Semana Inclusiva. Nela, ocorrem atividades esportivas, culturais e educativas com ênfase na participação plena. Há um incentivo ampliado para o mapeamento do território como parte dessa construção, que sempre possui um viés comunitário muito forte.

Identifica-se que o desafio maior hoje está em implicar a sociedade na aplicação prática da acessibilidade, consciente de que não é preciso ser pessoa com deficiência para se ressentir de uma cidade sem acesso, sem autonomia, sem segurança e sem respeito ao direito fundamental à vida na cidade. ▣

reportagem especial

A CIDADE PARA TODOS

Das calçadas rebaixadas ao conceito de desenho universal, a discussão sobre acessibilidade a pessoas com deficiência evoluiu muito no Brasil desde a década de 1980. Mas quantos passos – ou degraus, ou rampas, ou elevadores – faltam para as cidades brasileiras se tornarem realmente acessíveis?

*texto: Bruno Lazaretti
fotos: Flavia Valsani*





DIREITO À CIDADE. A ideia de uma cidade para todos passa não apenas pela dimensão arquitetônica, mas pelo acolhimento das diferenças

No livro “30 anos do AIPD: Ano Internacional das Pessoas Deficientes 1981 – 2011”, publicado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, o editor, escritor e ativista Luiz Baggio Neto relata seu suplício como cadeirante em um dos cartões postais da capital paulista durante a década de 1970. “Quando fazia o terceiro colegial, na Avenida Paulista, apesar dos apelos do meu pai ao diretor, durante um ano inteiro, todos os dias, tive de subir e descer cerca de 20 degraus carregado por meus amigos e colegas de

classe para ter acesso a minha sala de aula”, escreve Baggio, que foi vítima do surto de poliomielite que assolou a cidade de São Paulo na década de 1950 e, como resultado, perdeu os movimentos de todos os membros, à exceção da mão esquerda. “Às vezes, era divertido, em outras, era um sufoco. Quebrei a cadeira de rodas duas vezes e vivi momentos de pânico. Obviamente, desconsideravam meu direito de estar ali. Hoje, se fizessem isso, era fácil, era só chamar a polícia ou o Ministério Público”.

Baggio faleceu em 2011, aos 56 anos de idade, mas seu relato perma-

nece icônico não só porque mostra a mudança que se operou em São Paulo de lá para cá (hoje, ele usaria uma rampa de acesso e um elevador no Edifício Gazeta para chegar à mesma sala de aula), mas também porque ele foi um dos líderes do movimento que, a partir de 1979, deu protagonismo às pessoas com deficiência e intensificou o debate sobre inclusão, cujos reflexos hoje se espalham pelas cidades brasileiras.

A acessibilidade, mesmo que hoje encampada por uma série de leis federais, estaduais e municipais, não deixa de ser uma luta social diária. Embora



dados do Censo de 2010 coloquem a população de pessoas com deficiência do Brasil na casa dos 45 milhões, sua inclusão foi historicamente negligenciada pelos poderes público e privado.

Para toda transformação positiva nas cidades, sempre surgem novas reivindicações. O piso dos ônibus foi rebaixado? Ótimo, mas não há rampa retrátil de acesso. Existe um serviço de transporte porta a porta com veículos adaptados para atender pessoas com deficiência física, mas nem sempre tais recursos contemplam pessoas que ficaram cegas e precisam de auxílio para aprender a se loco-

mover pela cidade. As faixas de piso tátil (piso diferenciado, que se destaca do piso comum por sua textura perceptível por pessoas com deficiência visual e baixa visão) foram instaladas em algumas ruas, mas muitas calçadas ao redor do percurso continuam intransitáveis. Shows de música incluem intérpretes de Libras (a língua brasileira de sinais, usada pela maioria dos surdos do país), mas é raro encontrar audiodescrição em exposições de artes plásticas. O serviço de metrô tem funcionários à disposição para auxiliar seus usuários, mas o vão entre os trens e as plataformas permanece perigoso.

Essas questões, mais do que interferirem apenas no deslocamento de pessoas com deficiência, são a ponta de lança de uma discussão de fato mais complexa e mais profunda: a do direito à cidade. Quem tem e quem não tem, na prática, direito de usufruir de sua cidade hoje? E por quê?

Muito além da rampa

Vivenciar a cidade não envolve só se deslocar pelos seus passeios, mas usufruir de sua estrutura de transporte público e privado, ter acesso à saúde, educação, lazer, cultura, trabalho, esportes e habitação. Em outras

palavras, o hábito de pensar somente nos cadeirantes quando o assunto é acessibilidade é – ou deveria ser – coisa do passado.

O grande grupo das pessoas com deficiência inclui indivíduos com todo e qualquer déficit físico ou intelectual, de nascimento ou adquirido. Ou seja: cegos, surdos, surdocegos, afásicos, pessoas com autismo, paraplégicos, tetraplégicos, pessoas com síndrome de Down, e assim por diante.

O paradigma em relação à acessibilidade evoluiu a partir dessa perspectiva. Onde antes se falava em “integração” da pessoa com deficiência, hoje se fala em “desenho universal” – em que os espaços e funções estejam sempre habilitados, a um só tempo, para todos. “É fundamental entendermos que a acessibilidade não é algo feito para um determinado grupo de pessoas. Ela tem de servir a todos. Todo mundo precisa de acessibilidade ambiental em algum momento da vida e se beneficia dela e da qualidade de vida que ela proporciona”, define Angélica Picceli, arquiteta urbana e mestre em Design Universal.

Concebido em 1997 por um grupo de pesquisa composto por arquitetos, engenheiros e designers liderados pelo arquiteto Robert Mace, nos Estados Unidos, o desenho universal ganhou aderência no Brasil somente em 2004, com a publicação do Decreto Federal 5296, que regulamenta a acessibilidade no país, e a Norma Técnica Brasileira NBR-9050/2004, que estabelece critérios técnicos. Trata-se de uma visão holística – que busca entender um fenômeno por completo, não pela junção de suas partes – de desenho urbano. “Acessibilidade arquitetônica não é somente provisão de acesso aos lugares, é um sistema que envolve o transporte, a comunicação, a infraestrutura urbana (ruas, calçadas, pontos de ônibus) e também as edificações”, completa Picceli.

Em São Paulo, um dos órgãos que mais luta pelo desenho universal é



OBSTÁCULOS. Em São Paulo, cidade que não foi concebida com um planejamento urbano universal, o poder público, as empresas e a sociedade precisam se unir para democratizar o pleno acesso

Vivenciar a cidade não envolve só se deslocar pelos seus passeios, mas usufruir de sua estrutura de transporte, saúde, educação, lazer, cultura, trabalho, esportes e habitação.

a Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), vinculada à Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), da Prefeitura de São Paulo. A função da CPA é elaborar normas e controlar a estrutura física da cidade para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência. Uma tarefa extremamente árdua em uma cidade desse porte. “Projetos urbanos, de design de mobiliários e transporte não saem do imaginário do projetista como desenho universal, e as empresas não querem investir. O ônibus na maioria das cidades é projetado para quem ainda é jovem, tem escada para acesso e degraus muito altos.

“ Falta informação sobre os benefícios dos espaços acessíveis. Há grande preconceito em relação a eles porque há uma crença que acessibilidade é somente para pessoas com deficiência ”

Angélica Picceli, arquiteta



Idosos, pessoas com carrinhos de bebê, pessoas em cadeira de rodas, não conseguem entrar com dignidade. O que é feito? Altera-se o design do ônibus? Não, coloca-se uma plataforma de difícil uso e que muitos motoristas nem pensam em abrir”, ilustra Silvana Cambiaghi, arquiteta vinculada à Comissão Permanente de Acessibilidade.

Segundo ela, “estamos sempre corrigindo equívocos. São Paulo não foi concebida com planejamento urbano. Estamos arrumando a casa e para isso precisamos de muito investimento, tanto do poder público como da população, que também cria obstáculos”.

Espaços privados

Mas não só sobre espaços públicos são estruturadas as cidades. Quantos estabelecimentos comerciais privados são acessíveis, por exemplo? Na capital paulista, o Selo de Acessibilidade, criado em 2011 e concedido pela CPA, foi conferido a somente 600 edificações até hoje. Por que é que o restaurante da esquina não é acessível?

“Sabemos que muitas vezes o empresário não quer investir em acessibilidade achando que [as pessoas com deficiência] são um público que não compra, não se hospeda, não investe”, opina Silvana Cambiaghi.

Angélica Picceli concorda: “Falta informação sobre os benefícios dos espaços acessíveis. Há grande preconceito em relação a eles porque há uma crença que acessibilidade é somente para pessoas com deficiência. E acredita-se que o custo de construção das edificações acessíveis é maior do que no caso das edificações sem acessibilidade – o que é uma crença totalmente equivocada”.

O desenho universal é apenas parte de uma mudança conceitual que deslocou a responsabilidade de adaptação da pessoa com deficiência para o ambiente. “Isso é recente. É da década de 1980. Antes tivemos a segregação,

depois a integração, e agora estamos na inclusão, que é a adaptação do ambiente para receber as minhas características”, explica Ana Cláudia Domingues, presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPED), interlocutora direta da sociedade civil com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) da Prefeitura de São Paulo.

Da mesma forma que o desenho universal impele a arquitetura para uma visão mais holística sobre a quem serve a acessibilidade, convém tornar mais abrangente a noção de a quem cabe praticá-la. Afinal, tornar a cidade acessível também cabe às pessoas.

Atitude inclusiva

Recentemente, Ana Cláudia Domingues teve uma experiência reveladora em um restaurante. Ela é cega. Seu trajeto da calçada até o restaurante foi excepcionalmente fácil graças ao piso tátil, ao elevador com avisos sonoros e às guias para bengala. Os problemas começaram quando ela entrou na fila preferencial do local. Uma funcionária se aproximou e disse que iria localizar alguém para ajudá-la. Depois de dez minutos, um funcionário, provavelmente escalado em cima da hora, se apresentou, prontamente pegou uma bandeja e se dirigiu ao bufê para servi-la, esquecendo completamente de buscá-la e de guiá-la pela oferta de alimentos. “Ele não sabia a forma correta de abordar, que é perguntar se pode pegar no braço ou ombro”, relata Ana Cláudia.

Na hora de descrever as opções, o funcionário deixou passar alguns pratos, e Ana Cláudia só não ficou sem um famoso patê de berinjela porque ouviu de orelhada alguém comentando sobre a cara boa do prato. “É um exemplo simples”, conclui. “Mas o funcionário poderia ter um preparo melhor para a abordagem na fila. Essas são as barreiras de atitude. Você chega em um espaço acessível, mas não consegue interagir com ele. Você entra em uma loja com vestiário adaptado e entrada



rebaixada, só que lá não tem ninguém para te orientar. Ele pergunta o que você quer ver, sabe? Eu quero ver tudo!”, relata.

Ana Cláudia parece colecionar esse tipo de interação, e até se diverte com algumas delas. Como quando, nos pontos de ônibus, se aproxima da porta do veículo usando sua bengala, pergunta ao motorista se a linha passa em tal lugar, e o motorista responde abanando a cabeça em vez de falar. Ou sobre quando ameaçou Deus e o mundo em uma academia de natação porque se negaram a aceitá-la como aluna, alegando que não tinham nenhum professor qualificado. “Ora,

se você nunca tiver uma aluna cega, nunca vai ter um professor qualificado”, argumentou na ocasião. Funcionou. Hoje Ana Cláudia tem aulas na mesma academia, e agora duas outras pessoas cegas também tomaram as raias da piscina.

Isso tudo não deveria ser encarado como favor dos responsáveis pelos estabelecimentos públicos ou privados. Ana Cláudia conhece seus direitos. A primeira linha do primeiro artigo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, aprovada em julho de 2015 e em vigor desde janeiro de 2016, já estabelece como objetivo “assegurar e promover, em condições



de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a lei, marco do movimento pela acessibilidade, regulamenta o acesso igualitário da pessoa com deficiência a todos os aspectos da vida pública e privada.

As barreiras atitudinais encontradas por Ana Cláudia em uma simples ida ao restaurante contrariam, portanto, a própria lei. Mas não é no tribunal que se mudam atitudes de despreparo para lidar com as pessoas com deficiência. É na sala de aula.

AVANÇO. O conceito de desenho universal, mais recente na arquitetura, faz parte de uma mudança conceitual: se antes a responsabilidade de acesso era da pessoa com deficiência, agora, passa a ser do ambiente - de todos e para todos

45,6 milhões de pessoas no Brasil têm deficiência

Manifestação pode ser física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla. Só o Estado de São Paulo concentra 9 milhões de pessoas desse total, segundo o Censo 2010.

Educação

Rodrigo Hübner Mendes é um dos responsáveis pela educação inclusiva no Brasil. Diretor-executivo e fundador do instituto que leva seu nome, Rodrigo idealizou sua organização sem fins lucrativos em 1997, em São Paulo, para oferecer aulas de arte a pessoas com deficiência. Em 2005, o Instituto Rodrigo Mendes (IRM) tomou um novo rumo. “Começaram a chegar muitas demandas no instituto por parte de escolas e professores que perguntavam se a gente tinha algum curso sobre como incluir pessoas com deficiência na escola comum”, relata. “Foi um pico de demanda, e eu percebi que era uma oportunidade importante. Me articulei com alguns outros empreendedores sociais e a gente conseguiu um recurso bem modesto para fazer uma experiência piloto sobre educação. Com isso a gente iniciou um programa que se chama Plural”, explica.

O programa, que inicialmente promovia a formação continuada em educação inclusiva por meio da arte, colocou o IRM em contato próximo com a realidade da educação pública no Brasil. Aos poucos, o programa foi além da arte, e passou a promover a troca de experiências e a formação de educadores sobre o ensino inclusivo.

O modelo, que orienta educadores e instituições a receber em salas de aula convencionais alunos com deficiência, combate a exclusão e a segregação ao promover o convívio entre pessoas sem deficiência e pessoas com deficiência – e, dessa forma, atacar as barreiras atitudinais. “Até há pouco tempo, a segregação era dominante: ou eram escolas especiais, que só atendiam pessoas com deficiência, ou salas especiais. Você imagina quanto isso era limitado em termos de estímulo. A criança ficava ali com 3 ou 4 pessoas com perfis semelhantes em termos de interação e desafio”, diz.

“Hoje, os três paradigmas – exclusão, segregação e inclusão – ainda convivem, mas os dois primeiros não são

mais tendência. Há 15 anos, 80% das matrículas de ensino fundamental no Brasil eram para o modelo de segregação. Hoje, 80% das matrículas são para escolas inclusivas. Lógico que é sempre bom lembrar que isso é o percentual de quem está na escola. Porque tem muita gente ainda no primeiro paradigma, o da exclusão”, explica Rodrigo.

Ou seja, a exclusão, um dos maiores desafios da educação no país, afeta em especial pessoas com deficiência. Segundo estudo realizado pela Unicef em 2014, 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos estão fora da escola no Brasil, e 14,6 milhões podem abandonar os estudos por não estarem matriculadas na série adequada à sua idade.

“É prematuro dizer que a solução está na educação, porque primeiro a educação precisa ser acessível”, pondera Rodrigo Mendes. Tetraplégico desde os 18 anos de idade, Mendes reconhece uma melhora nas questões de acessibilidade nas últimas décadas, mas também enxerga um longo caminho à frente. “Estamos em um processo”, resume. Para as pessoas engajadas com o movimento de acessibilidade, o sentimento é sempre ponderado, algo como um otimismo cauteloso. A cidade para todos não é uma utopia, mas, apesar das conquistas e mudanças que vemos em ação hoje, a causa ainda precisa avançar muito.

A cidade não é só um conjunto de equipamentos urbanos. É uma malha orgânica que se expande e se modifica, movida pela ação de milhões de indivíduos. É essa malha que precisa, em sua integridade, passar por uma mudança de cultura sobre o conceito de acessibilidade. “Eu acredito que [a preocupação com isso] deva ser uma coisa dentro das pessoas”, diz Marciel Alves da Silva, assessor e intérprete de Libras da Secretaria Municipal de São Paulo da Pessoa com Deficiência. “Se vou construir um restaurante, tenho que pensar em todo mundo. Nisso a gente pode melhorar bastante”, conclui. ■





UTOPIA? Apesar dos avanços rumo à construção de cidades mais acessíveis, a causa ainda precisa avançar muito – e incluir a esfera digital, onde hoje boa parte da cidadania se manifesta



PROGRAMADORES DE INTERNET PRECISAM PENSAR EM DESENHO UNIVERSAL E EM COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL

A acessibilidade não acaba na esfera física. O espaço digital, onde passamos tanto tempo do nosso dia, também está aprendendo a falar a língua da acessibilidade.

Simone Freire, diretora da agência de comunicação Espiral Interativa, é uma autoridade na área. Em suas palavras, a acessibilidade digital é “preparar a comunicação digital, na web, para ser acessada por todas as pessoas, inclusive pessoas com deficiência”. Não é um trabalho simples: imagine que um mesmo site e aplicativo, além de funcionar em diferentes aparelhos (computadores, telefones, tablets), também precisa ser acessível para tetraplégicos, que navegam com palheta de boca e comandos de teclado; cegos, que utilizam leitores de tela; surdos alfabetizados somente em Libras, que não sabem ler português; daltônicos, que precisam de um contraste de cor específico; disléxicos, que se embaralham com frases longas, e assim por diante.

Mas, segundo Freire, “a acessibilidade vai sendo trabalhada por pressão de evoluir a internet, não pela causa, ou seja, por amor à inclusão. A acessibilidade está pegando força agora porque melhora o site em ranqueamento [em sites de busca], porque os códigos têm que ser mais limpos”, opina Simone Freire. “Eu acho que não vai demorar muito pro Google começar a penalizar os sites que não forem acessíveis”, completa.

A revolução tecnológica da era dos smartphones trouxe

para a mão de muitas pessoas com deficiência uma série de aplicativos de acessibilidade. O *guiaderodas*, por exemplo, ranqueia estabelecimentos em São Paulo de acordo com sua acessibilidade. O *Hand Talk* é um tradutor para Libras que usa um avatar 3D para interpretar texto e voz em português. Ambos estão disponíveis em smartphones Android e iPhone.

O outro lado da moeda são os aplicativos e sites essenciais para qualquer cidadão, mas que não são acessíveis para pessoas com deficiência, apesar de seu papel fundamental na cidadania. É o caso, por exemplo, de aplicativos bancários e a vasta maioria dos sites relacionados a órgãos públicos. “É uma vergonha”, diz Simone Freire. “Dados do W3C [consórcio internacional de padrões da internet] de 2015 apontam que só 5% dos sites do governo brasileiro estavam acessíveis”, lamenta. ■



A cidadania, hoje, também é exercida na esfera digital, e por isso é preciso pensar em maneiras de tornar sites e aplicativos acessíveis a todos os públicos



Negro e Marrons

instalação com canudos plásticos

Pazé (Paulo José Keffer Franco Netto)

(Porto Alegre, 1980)

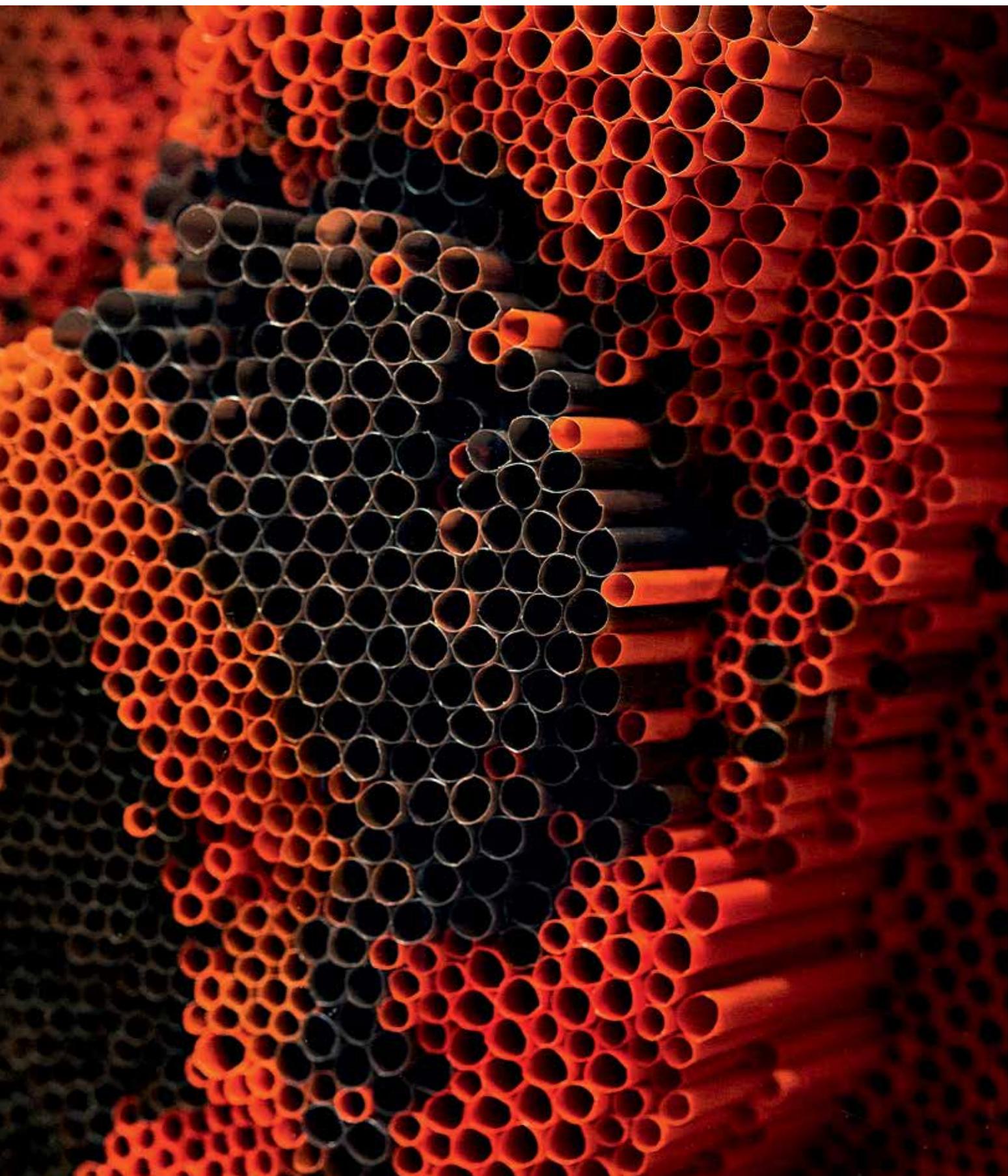
SOBRE A OBRA

Estruturada em caixas de acrílico transparentes, a obra Negro e Marrons é parte de uma série de trabalhos executados com canudos plásticos. O conceito, criado por Paulo José Keffer Franco Netto, o Pazé, artista plástico e escultor paulistano com uma série de exposições importantes no currículo, se apoia nos reflexos de luz formados pelos canudos para construir uma linguagem pictórica.

“Fazendo uma pesquisa no centro de São Paulo, na região de atacadistas próxima ao Mercado Municipal, me deparei com uma loja que vendia canudos plásticos coloridos para refrigerantes e vitaminas. Ao verificar que o milho embalado, posto na altura do olhar, possibilita ver através, por conta da entrada da luz nos orifícios coloridos, imaginei que poderia ampliar este efeito óptico”, explica o artista.

Como afirma Pazé, por onde passa líquido e alimento também pode passar luz, e, se forem dispostos aos milhares, os canudos tornam-se transparentes. Além disso, há ainda em Negro e Marrons a referência do fazer da pintura tradicional, que trabalha com camadas de tinta sobrepostas para produzir transparências e construir imagens.





Poeta de contrastes

Cego desde 1995, quando um glaucoma lhe tirou a visão, Glauco Mattoso pode até soar pessimista em suas obras, mas é uma personalidade complexa e bem humorada

texto: Gustavo Torniero

fotos: Ninil Gonçalves

“Da forma como tenho pesadelos e lamento a minha limitação, eu tinha tudo para ser um suicida, um louco ou um drogado, mas os desabafos literários me dão uma energia incrível.” A declaração é de Glauco Mattoso, cujo pseudônimo deriva da doença que lhe deixou completamente cego em 1995, o glaucoma. Hoje, aos 66 anos, o escritor soma mais de 50 livros publicados, grande parte deles de conteúdo erótico, violento e, naturalmente, político.

Por causa do tom pessimista e dos temas aos quais se dedica, como o abuso, a discriminação, a cegueira e a sexualidade, Glauco é frequentemente chamado de Boca do Inferno ou de “Bocage do século 20”. Falando assim, pode parecer uma pessoa amarga, mas os preconceitos caem por terra nos primeiros segundos de conversa.

Sentado confortavelmente no sofá de sua casa na Vila Mariana, o poeta conta sua história com desenvoltura; pronuncia todas as sílabas das palavras, de forma calma e pausada. É, por assim dizer, o que muitos jornalistas poderiam chamar de “o entrevistado perfeito”. Nada escapa da sua aguda observação. Para todas as perguntas ele faz digressões e constrói longas narrativas em torno do assunto.



“BOCA DO INFERNO”. Por conta dos temas e da linguagem, Glauco recebeu o apelido

Nasci glaucomattoso, não poeta. Poeta me tornei pela revolta que contra o mundo a língua suja solta e a vida como báratro interpreta.

Trecho de “Soneto 951 Natal”, de Glauco Mattoso

Suas obras hoje ostentam uma ortografia antiga, a etimológica. Explicando de forma breve, isso significa escrever farmácia com “ph” e abraço com dois “b”, dentre várias outras adaptações ortográficas que podem ser conferidas no poema da página 23, escrito com exclusividade para a Cadernos Sesc de Cidadania.

A decisão de Glauco tem a ver com a reforma promovida pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas: “Foi uma indústria de fabricação de livros novos. Eu não poderia concordar com isso”. De 1980 a 2009, no entanto, ele foi obrigado a escrever na ortografia oficial porque, do contrário, não seria publicado. Aí, “quando eles fizeram mais uma reforma idiota para tirar o acento de ‘ideia’ e essas porcarias todas”, o escritor perdeu a paciência e adotou a velha regra, a etimológica. Hoje, todos seus escritos são assim.

Glauco, ou Pedro José Ferreira da Silva, seu nome de batismo, cursou biblioteconomia em São Paulo, de onde vem seu apreço pela literatura e pela ortografia antiga. Começou no mundo literário na década de 1970 em meio à ditadura militar com o fanzine “Jornal Dobrabil” – um trocadilho com “dovrável” e “Brasil”. Seus poucos exemplares eram mandados para pessoas de influência como Caetano

Veloso e Millôr Fernandes, que o apadrinharam. Quando a repressão estava mais branda, ele passou a colaborar com o tabloide gay “Lampião”.

Politicamente incorreto

Na época, escolhendo a dedo as palavras vulgares que usaria nas suas obras, Glauco Mattoso não chegava a ser publicado nos jornais de maior circulação, em parte por ainda não ser tão conhecido, e em parte pelos palavrões que misturava a termos eruditos.

O politicamente incorreto, se é que se pode chamar assim, é só uma de suas facetas. Se por um lado o poeta denota pessimismo e revolta pelo fato de ter ficado totalmente cego nos anos 1990, ele tem grande esperança e otimismo em relação a outros assuntos, como a conquista de direitos LGBTs. “Eu vivenciei a fase da repressão, a fase em que os gays tinham que ficar enrustidos”, diz.

Atualmente, embora reconheça que há ainda preconceito e violência com o movimento, o escritor entende que houve tremendo avanço. “Naquela época você nem conseguiria imaginar uma passeata gay de 10 ou 20 pessoas na rua. Precisava de muita coragem. Hoje você tem um evento que já está incorporado ao calendário turístico da cidade”, reflete.

Seu companheiro, Akira Nishimura, acompanhou a entrevista. O casal está junto desde 2001. Há uma década, conseguiram o documento de união estável homoafetiva, efeméride que foi comemorada neste ano com a certidão definitiva de casamento.

Sadomasoquista, cego e homossexual, Glauco sempre fez parte da minoria. Sofreu preconceito e discriminação até mesmo de grupos que poderiam parecer mais alinhados aos movimentos das minorias. “A esquerda tradicional nunca se conformou com o movimento gay. Ela o encarava como uma decadência burguesa, contra a família e a moral operária, aquela coisa do macho ser o comandante, e a mulher, a companheira”, critica.

É das contradições que o poeta se alimenta. Acostumado a ser chamado de louco e perverso, a verdade é que Glauco nunca se conformou com rótulos. Sempre foi adepto do “viva e deixe viver”. “Eu sou um místico. Eu acredito no sobrenatural. E acredito em uma espécie de missão da pessoa. Acho que a puta se realiza como puta, se ela quiser isso, o ladrão como ladrão, e assim por diante. E eu como fetichista, sadomasoquista e cego literato também tenho meu papel nisso.”



POETA TRABALHANDO. Glauco em seu escritório, em casa, onde escreveu dezenas de livros

Para ele, pessimismo e otimismo andam juntos. “Parte da minha obra é impiedosa com tudo, não só com a cegueira. Mas isso tem outro lado, de se juntar a todos os perseguidos e humilhados e fazer uma voz de protesto, mas não aquela voz convencional. Bem crua: eu estou me assumindo como inferior para mostrar que essa questão da inferioridade é falsa.”

O escritor relata as suas histórias sempre com serenidade, ora com um tom mais sério, ora mais irreverente. Fala de forma satírica as discriminações que sofre. Demonstra, a todo instante, que é um ser humano complexo e contraditório, com impulsos conservadores e liberais simultâneos.

A deficiência, o abuso sexual e o bullying sofrido na infância são alguns dos pesadelos que Glauco carrega. Como desabafo e denúncia, utiliza esses temas como combustível para sua obra literária. É por isso, inclusive, que ele acredita que a cegueira “pode ser um instru-

mento de denúncia social, de humanismo, de cidadania”.

É da infância que surge outra contradição e outra faceta inesperada do poeta. Em 2012, de forma inesperada, foi convidado a escrever um livro infantil. Para tanto, selecionou temas mais leves e publicou *A predileta do poeta*, com memórias agradáveis de um cachorro bassê que teve quando criança. Gostou da experiência.

Um dos seus hobbies é comer. Adora comidas pesadas, gordurosas e bem temperadas. Ele relata, mas assume que precisou dar uma manei- rada nas garfadas por causa da diabetes que desenvolveu há alguns anos.

Poupador e metódico, Glauco planeja seus textos e seu futuro com meticulosidade. Não tem celular e pede ajuda para que administrem suas contas nas redes sociais – afinal, questiona, para que tanta perda de tempo? “É improdutivo. Para mim, é muito mais interessante ficar escrevendo meus textos”, conclui. ■

UM ENCONTRO ENTRE ESCRITORES CEGOS

Você com certeza não reparou – e nem era para reparar –, mas o perfil de Glauco Mattoso foi escrito por um jornalista cego. Gustavo Torniero, 22 anos, conta que nasceu com catarata e glaucoma e que hoje tem apenas 5% da visão do olho direito. Além de repórter, Gustavo é assessor de comunicação da Organização Nacional de Cegos do Brasil e luta por um mundo mais acessível e inclusivo. Apesar das dificuldades do dia a dia, afirma que tem “uma visão muito otimista, sobretudo em relação às tecnologias que revolucionaram a forma como interpreto o mundo”. “Trabalho, estudo e faço tudo o que uma pessoa que enxerga faz. Acredito que a informação é o caminho para acabar com o capacitismo.”

Rhapsodia da Inaccessibilidade

de Glauco Mattoso



Calçada agora serve para tudo:
deposito de lixo, material
de exgotto e construcção, como quintal
ou estacionamento ao par desnudo.

É sala de visitas ou entrudo
aos anjos e marmanjos, e a geral
que assiste a uma pellada ocasional,
affora qualquer outro contehudo.

Virou casa da sogra e se destina
a tudo e todos, menos à cidade
humana, principal finalidade
dum publico caminho, esquina a esquina.

O cego é quem se fode! Elle que nade
no lodo da sargeta, à fedentina
subjeito, e que se borre, ou tire a fina
no meio duma escada e duma grade!

Antigos orelhões, uma officina
mechanica no meio do passeio,
buracos e boeiros, algum cheio
da suja agua da chuva... E o cego opina:

Caralho! E um cadeirante? Esse eu receio
que seja a maior victima do crasso
municipe que bullying faz, devasso,
às custas do “alleijado” que a ser veiu.

Si esbarra elle com postes, um abraço!
Com rampas e caçambas elle implora
a fim de não cruzar... Ah, como adora
rir delle a molecada do pedaço!

Quem sae à rua encontra, a cada passo,
um caso a mais que o delle corrobora.
Si for atravessar, faça o que eu faço:
não ponha da calçada o pé p’ra fora.

Bem antes olhe: pelo largo espaço,
não vem carro nenhum naquella hora.
Mas, quando me decido, aquelle escasso
e calmo movimento ja peora.

Do nada, surge carro attraz de carro,
em fila acelerada! Eu, solitario
que estou, como pedestre, então esbarro,
na beira da calçada, em outro otario.

Tambem elle deixou de atravessar
no poncto em que parei, qual visionario,
emquanto a pista expressa era o logar
mais hermo e o mais tranquillo itinerario.

A fila de automoveis não tem fim,
vem desde a Marginal, quasi parada.
O cego, caminhando na calçada,
respira a fumaceira: “Orra! Ai de mim!”

Vae, lento, bengalando. Eu tambem vim
por este mau caminho. A baforada
dum grosso excappamento, liberada
alguns metros à frente, foi ruim:

Fumaça que, inhalada, causa tosse
convulsa, fez o cego se coçar.
Alguem “Não quero estar no seu logar!”
fallou, no caminhão, a rir. “Se coce!”

“Quem manda andar na rua? Deu azar!”
comsigo o choffer pensa. Antes que engrosse
o clima e mais fumaça tome posse
do trafego, dá tregua o vento ao ar.

O verso edificante ou exemplar
não serve a quem fizer um serio estudo,
ou mesmo estudo comico, do agudo
ou chronico problema, a quem cegar.

O cego que se arrisca ao bengalar,
assim como qualquer um, surdomudo,
edoso ou “portador”, do mais classudo
ao reles, “cidadão” é, mas... sem par!

PIONEIRA. Tabata Contri, hoje consultora, foi a primeira atriz cadeirante a aparecer em uma novela de TV no país



Foto: Daniela Cunha

Preconceito disfarçado

Diariamente, pessoas com deficiência lidam com a desconfiança de suas capacidades, às vezes disfarçada de gentileza; essa forma sutil de preconceito tem nome: capacitismo

texto: Camilo Gomide

Desde muito novo, Sidney Andrade teve alta miopia. Usava óculos com 13 graus para corrigir o problema. Com 19 anos começou a perder a visão. Sidney cursava comunicação social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande quando foi diagnosticado com baixa visão, condição em que lentes já não fazem mais diferença. A retina de seu olho direito descolou e ele ficou completa-

mente cego desse lado; com o outro, via com muita dificuldade, mas se virava bem. “Para todos os efeitos eu enxergava. Como eu tinha uma acuidade visual suficiente para disfarçar, eu acabava negando esse aspecto da minha condição”, conta.

Assim seguiu até terminar a faculdade. Muita gente nem sequer percebia sua dificuldade, exceto pelos colegas de sala de aula, quando o viam lendo. “Para ler eu tinha que encostar o nariz no texto. Era bem difícil.

Eu tinha vergonha dessa deficiência recém-desenvolvida e esse sentimento perdurou comigo até eu perder a visão do outro olho, no final da graduação”, lembra. Na época, com a monografia já concluída, um glaucoma fez com que ele se tornasse totalmente cego. “Esse foi o choque maior, porque agora eu não poderia nem disfarçar mais, como vinha fazendo. Foi quando tive que mudar a minha mentalidade, conhecer a condição de pessoa cega que agora eu era e me reajustar”.

40% das pessoas

com deficiência dizem já ter sofrido preconceito no trabalho, segundo estudo da Talento Incluir. Em 57% desses casos, a discriminação avança para o bullying.

Sidney entrou em depressão, suspendeu o plano de fazer mestrado em literatura e passou um ano sem sair de casa. A forma encontrada para seguir adiante foi estudar sobre deficiência e acessibilidade. Antes do glaucoma, ele havia experimentado um software de leitura de tela. Por meio da tecnologia, o texto disponível em computadores, tablets e celulares é declamado por uma voz sintetizada. “Passei cinco minutos com o leitor de tela e pensei: ‘Jamais conseguirei, se eu ficar cego eu estou lascado’”, conta.

Por mais incômodo que fosse, contrariando sua própria expectativa, Sidney conseguiu, e o leitor de tela passou a ser o principal acesso ao conhecimento de que ele dispunha. Em grande medida, era também a principal via de contato com o mundo externo, já que lhe permitia usar a Internet e se conectar a outras pessoas. Aos poucos, ele foi se adaptando à cegueira. Prestou sem grandes expectativas a prova para um mestrado. Foi aprovado. Assim, saiu de sua reclusão e começou a frequentar o Instituto de Cegos de Campina Grande, onde aprendeu a ler em braile. Hoje, é professor voluntário de informática na instituição.

Foi durante esse período de estudos que Sidney descobriu uma palavra que há muito procurava: capacitismo. O termo descrevia um tipo específico de opressão que ele sofria mas ainda não havia sido capaz de formular. Desde que perdera a visão, Sidney sentia que se imprimia sobre ele um rótulo de invalidez. “Descobrir que esse negócio tem um nome foi crucial. Tem coisas que você só consegue dominar se for capaz de nomear. Enquanto elas não têm nome, ficam inalcançáveis. Eu achava que tinha de inventar um nome para esse desconforto quando eu descobri que já existia. Para mim foi libertador, embora eu saiba que isso pode cortar para os dois lados: um conceito pode servir tanto para te libertar quanto para te aprisionar. Mas, no caso do capacitismo, e da noção que

ele traz da pessoa com deficiência, que não é essa pessoa inválida, mas alguém a quem os outros atribuem invalidez, para mim foi libertador”, lembra.

Embora a palavra capacitismo seja relativamente recente, o que ela descreve não é novidade. É capacitismo o ato de julgar a capacidade de alguém fazer algo de acordo com sua deficiência. “Capacitismo traduz o preconceito com a condição de deficiência da pessoa. É quando de cara você rotula uma pessoa só porque ela é cega, por exemplo. É achar que ela não vai conseguir fazer nada sozinha e vai precisar de alguém a acompanhando o tempo todo”, explica Marta Gil, socióloga especialista em inclusão de pessoas com deficiência.

Capacitismo e trabalho

São muitas as expressões do capacitismo. Uma das mais perversas é a



“Capacitismo traduz o preconceito com a condição de deficiência da pessoa. É quando de cara você rotula uma pessoa só porque ela é cega, por exemplo. É achar que ela não vai conseguir fazer nada sozinha e vai precisar de alguém a acompanhando o tempo todo”



exclusão da pessoa com deficiência do mercado de trabalho. Um levantamento do Ministério Público do Trabalho, a partir de dados do IBGE de 2010, mostra que a porcentagem de pessoas economicamente inativas é consideravelmente maior entre aqueles que apresentam alguma deficiência.

Segundo o estudo, quase um quarto da população brasileira tem alguma deficiência visual, auditiva, motora e/ou intelectual/mental. Nesse grupo, cerca de 91% está em idade considerada apta a integrar o mercado de trabalho. No entanto, apenas 51% declarou estar empregada ou disponível para trabalhar. Entre as pessoas sem deficiência, nesta mesma faixa etária, a porcentagem de pessoas com emprego ou pronta para o trabalho supera os 70%.

Fatores de acessibilidade arquitetônica e urbanística ainda são um dos principais obstáculos às pessoas com deficiência, mas em realidade acabam sendo um desdobramento de uma questão mais profunda. O que está por trás da ausência de estrutura acessível é uma mentalidade social excludente, uma falta de “acessibilidade atitudinal”. Colocando de outra forma, é preciso que as pessoas sem deficiência tenham uma atitude diferente em relação ao assunto.

Uma pesquisa feita em 2016 pela Talento Incluir, empresa especializada na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, em parceria com a Vagas, companhia de recrutamento online, traz informações que ajudam a entender o panorama. Mais de 4.000 pessoas com deficiência, cadastradas no sistema da Vagas, responderam a um questionário que visava traçar um retrato parcial da relação do grupo com o mercado de trabalho. Também foram questionados os setores de RH de algumas empresas.

Para a pergunta “Qual o maior obstáculo para a inclusão?”, metade dos profissionais de recursos humanos

capacitismo

disseram ser a falta de acessibilidade. Curiosamente, apenas 16% das pessoas com deficiência disseram ser este o principal problema. “A falta de acessibilidade causa um impacto muito negativo na nossa vida, mas a gente mora no Brasil, esse é um problema do país como um todo. Ela não é uma barreira excludente para o mercado de trabalho. Acho que a maior barreira não é a acessibilidade física, mas sim a acessibilidade atitudinal. É a cultura”, diz Tabata Contri, consultora da Talento Incluir.

O dado mais chocante, para ela, é justamente o que mostra a total falta de sensibilidade de certas pessoas no ambiente corporativo. Aproximadamente 40% dos participantes da pesquisa disseram já ter sofrido discriminação no trabalho por conta da deficiência, sendo que, destes, 57% afirmaram ter sofrido bullying. “São casos como imitar o jeito de andar de uma pessoa com encurtamento da perna ou a fala de um deficiente auditivo”, diz Tabata, que, no entanto, é otimista: “Se levarmos mais informação para as pessoas, as relações vão ficar mais respeitadas”, acredita.

A consultora é cadeirante e enfrenta o capacitismo no dia a dia. Ela sofreu um acidente de carro aos 20 anos e perdeu o movimento das pernas. Ficou quase dois anos afastada por conta do tratamento. Sua primeira oportunidade de trabalho depois da lesão foi como vendedora de uma fabricante de cadeiras de rodas. Tabata já tinha experiência na área – o que, segundo ela, fez toda a diferença.

Rompendo barreiras

Pesquisas conduzidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e por outras entidades mostram que o caminho para a inclusão ainda é longo, mas também apontam saídas animadoras. A principal delas é a efetividade de políticas afirmativas, como o artigo 93 da lei nº 8213/91, que ficou conhecido como a Lei de Cotas. A legislação



Foto: Lúcio Érico/Sesc SP



PARTICIPAÇÃO. No alto, biblioteca acessível do Sesc Belenzinho; acima, torneio de basquete adaptado; com espaços pensados para o acesso universal, todos convivem

estabelece que toda empresa com cem ou mais empregados é obrigada a contratar uma certa porcentagem de pessoas com deficiência. Essa cota varia entre 2% e 5% do total, de acordo com o tamanho da organização.

Segundo o MPT, atualmente o número de pessoas com deficiência que estão no mercado de trabalho ultrapassa os 400 mil. Desse total, 93% estão inseridos graças à Lei de Cotas, o que significa que poucos atuam em empresas que não precisariam cumprir a cota. “A conclusão para nós é a seguinte: a Lei de Cotas é essencial ainda, infelizmente. O ideal é que não precisasse de ação afirmativa para inclusão, mas os dados demonstram que sem a lei a inclusão seria muito

mais difícil”, diz Sofia Vilela, procuradora do trabalho e vice-coordenadora da Coordigualdade, coordenação do MPT voltada à promoção da igualdade no trabalho.

O principal desafio, segundo a promotora, é lidar com os mitos que se perpetuam entre as empresas para justificar a não contratação de pessoas com deficiência. Um deles é o de que falta gente. Não é o que mostram os indicadores. Em um universo de 45 milhões de brasileiros com alguma deficiência, apenas cerca de 400 mil estão empregados.

Outra falácia é que os profissionais com deficiência são menos qualificados que os demais. Os dados do MPT mostram que as pessoas com

91% das pessoas

com deficiência no Brasil estão em idade apta para trabalhar, mas apenas metade desse grupo trabalha. Entre pessoas sem deficiência, o índice supera 70%.

Foto: Lúcio Érico/Sesc SP



ARTE SEM FRONTEIRAS. O acesso à arte e ao lazer, um direito humano, só pode ser considerado realmente universal quando há estrutura e acolhimento de todos

deficiência estão dentro da média de formação do brasileiro. “O que a gente observa é que as empresas têm esses preconceitos e não estão se esforçando totalmente para incluir, não estão adaptando seu ambiente de trabalho para torná-lo acessível”, critica a procuradora do trabalho Sofia Vilela.

Para a socióloga Marta Gil, o preconceito e os baixos índices de inclusão representam o copo meio vazio da questão. Segundo ela, no entanto, há o que comemorar, como a legislação e o aumento da visibilidade das pessoas com deficiência. “A gente ainda tem preconceito, basicamente, por falta de informação. Acho que são poucas as pessoas que agem assim por maldade, é mais por falta de convivência”, diz.

Uma longa história

Ao longo dos séculos, o olhar sobre a deficiência variou muito. Na Antiguidade, enquanto em civilizações como Esparta as pessoas com deficiência eram sumariamente executadas, no antigo Egito, quem nascia com nanismo era cultuado. Durante a Idade Média, o deficiente era excluído, escondido em instituições que os tratavam como seres defeituosos, mas não mais passíveis de extermínio. No século XX, depois da Segunda Guerra, a perspectiva começa a mudar, principalmente na Europa. Os ex-combatentes que, devido a ferimentos, ficaram com alguma deficiência, eram reconhecidos como heróis. A sociedade passou a se dedicar a melhorar a vida

dessas pessoas. É dessa época o desenvolvimento da fisioterapia e da fonoaudiologia. Nesse mesmo período, também surgem instituições como a AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente), que tratam clinicamente a pessoa com deficiência e criam um ambiente estruturado para suas necessidades.

O que se seguiu depois disso, nas últimas décadas do século passado, foi um levante emancipatório e contrário à segregação. Pessoas com deficiências e apoiadores da causa passaram a lutar por uma inclusão verdadeira. As leis e convenções internacionais que hoje garantem direitos fundamentais são resultados desse esforço.

Hoje, não se entende mais a deficiência como uma condição biológica, mas como uma situação física, psicológica e social: uma questão biopsicossocial. “A definição mais completa de deficiência, atualmente, indica que devemos considerar não só a parte biológica”, explica Marta Gil. “Eu não posso ignorar isso, é claro: uma pessoa com uma perna amputada não tem um membro. Mas eu preciso levar em conta o que a sociedade oferece para ela e a que ela tem acesso”, complementa a socióloga.

A inclusão desejada, portanto, é aquela que entende as necessidades da pessoa com deficiência e, não menos importante, enxerga seu potencial. Se ficassem condicionados sob o olhar do capacitismo, pessoas como Sidney Andrade e Tabata Contri não teriam seguido adiante com suas vidas. Mesmo cego, Sidney lê e escreve bem o suficiente para concluir um mestrado e pleitear um doutorado. Tabata, em uma cadeira de rodas, entrou para o teatro e foi a primeira cadeirante a participar de uma novela na televisão. Nenhum deles é um herói da superação, o que é uma outra expressão do estereótipo capacitista. O que acontece é que existe um livro para Sidney e um teatro para Tabata – como aliás deveriam existir para todas as pessoas. ■

entrevista

EDUARDO CARDOSO, PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE DESIGN
E EXPRESSÃO GRÁFICA DA FACULDADE DE ARQUITETURA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)



“A concepção acessível beneficia todo mundo”

Para o professor da UFRGS Eduardo Cardoso, em um mundo em que tudo ainda é muito visual, desenvolver outros sentidos para desfrutar do potencial dos espaços culturais deve ser uma meta para todos, e não apenas para as pessoas com deficiência

texto: Gabriel Vituri

foto: Ricardo de Menezes Costa

Hoje em dia, ao prestigiar um show, assistir a um filme ou passear por um museu, dificilmente o público não perceberá à sua volta rampas e banheiros adaptados para pessoas com deficiência. A evolução da infraestrutura nos espaços culturais é perceptível, e uma vitória a ser comemorada, mas como ir mais longe? Para o professor Eduardo Cardoso, arquiteto e urbanista, o caminho é compreender que toda obra de arte – seja ela uma peça de teatro, um filme ou uma escultura – pode e deve ser acessível para todos.

A partir de diferentes técnicas, como maquetes táteis, audiodescrições, objetos de contextualização e afins, o pesquisador afirma que é preciso descobrir a “vocação” de cada obra. “O que podemos explorar naquilo, o que podemos contar sobre ela, da época, do seu estilo. Que outra informação adicional posso trazer?”, reflete. Estudioso da área de acessibilidade e coordenador do grupo COM

Acesso e do Núcleo Interdisciplinar Pró-Cultura Acessível da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, Eduardo defende que a concepção artística acessível não beneficia apenas as pessoas com deficiência, mas todos aqueles que tiverem acesso aos espaços culturais com esses recursos.

Confira a seguir a entrevista exclusiva que Cardoso concedeu à Cadernos de Cidadania.

SESC: Como o conceito de acessibilidade em ambientes culturais se diferencia das outras discussões sobre acessibilidade?

EDUARDO CARDOSO: Se você for buscar um conceito específico para acessibilidade, a gente vai encontrar vários, que muitas vezes seguem algumas normas ou leis que falam de igualdade, de ter acesso. Num primeiro momento, falava-se muito em ter acesso, mas depois, no caso de ensino e até de infraestrutura, falou-se muito em acesso e em dar permanência. Não

era mais simplesmente dar condições de acesso, mas também condições de permanência.

Na sequência, começou a se falar bastante de igualdade. Hoje, o que discutimos, principalmente no âmbito cultural, é justamente isso: ter condições de acesso, de permanência e de uso em iguais condições. Podemos ter um público muito diverso num ambiente cultural, uma criança, um idoso, uma pessoa que tenha algum tipo de deficiência, seja sensorial ou física, mas muitas vezes essa diversidade de comunicação e de recursos pode ser benéfica para todos. Atualmente, trabalhamos muito a questão da fruição: não é mais dar condições de acesso, de permanência, de igualdade ou de equiparação de oportunidades, mas é também a condição de fruição.

O que essa condição implica?

Na cultura, durante muito tempo se falava sobre o acesso à informação. Por exemplo: pensando em uma pessoa com deficiência visual, a ideia de

audiodescrição era descrever exatamente aquilo que se vê, e não, por uma regulamentação, por um acordo comum de quem faz audiodescrição, descrever algo além daquilo. Mas, se eu tenho contato com uma obra, não é só uma questão objetiva do que eu vejo ali que vai me emocionar. Então a gente começou a identificar quais são as formas de comunicação pensadas para determinadas obras, das mais variadas linguagens (teatro, cinema, espetáculos ao vivo, museus com obras estáticas), o que elas têm que nos emocionam. A questão era identificar quais as ligações afetivas e emocionais que eram feitas para que tentássemos, através da comunicação, dar chance para que a pessoa com deficiência pudesse construir uma imagem mental e também sentir essa mesma emoção.

E como isso pode ser feito?

Hoje eu vejo que se trata muito de ter essa sensibilidade para perceber todo o potencial que uma obra pode nos passar e tentar encontrar nesse potencial formas de abordar isso em diferentes recursos. O foco não está

na deficiência, e sim na eficiência de cada um. Quando fazemos trabalhos em museus, eu brinco com os técnicos sobre qual a vocação de determinada peça. Chamo de “vocação” para querer saber o potencial, o que podemos explorar naquilo, o que podemos contar sobre ela, da época, do seu estilo. Que outra informação adicional posso trazer? Que objeto de contextualização eu uso para criar uma ambiência em que a pessoa possa se sentir mais imersa naquele universo e possa ter as experiências que qualquer outro tem? Na verdade, a gente percebe que esses recursos são bons para todos. A concepção acessível beneficia todo mundo.

E além de beneficiar a todos, a discussão de acessibilidade na cultura também envolve todos, é uma questão multidisciplinar, que passa por arquitetura, urbanismo, design, comunicação e afins, certo?

A equipe de acessibilidade sempre vai ser multidisciplinar. Hoje, por exemplo, na minha equipe de pesquisa eu tenho pessoas ligadas a Libras, ao

departamento de Letras, de Design, de Comunicação, gente que vai fazer roteiro, gente da edição de audiovisual, terapeuta educacional. Nós precisamos ter conhecimentos de antropometria, de ergonomia, para que possamos cobrir todas as áreas que nos ajudem a assimilar a diversidade. O grande lance é como compreender e tirar potencial das obras, das diferentes linguagens. Não adianta ter um espaço fantástico, com mil recursos, onde o espaço é todo acessível, se as pessoas que trabalham lá não têm uma postura inclusiva.

Dentro dessas atividades culturais, onde a inclusão costuma ser mais difícil?

Uma coisa que precisamos trabalhar muito bem é a mediação. Acho que essa palavra é muito importante dentro desse contexto, porque quem recebe, quem faz o acolhimento, precisa estar bem preparado para atender a todos. Precisa conhecer as pessoas, os perfis, estar pronto para diferentes linguagens, recursos, diferentes relações, e é a mediação que vai fazer

Recursos

RECURSOS PARA ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS



Áudioguia

Sistema eletrônico que permite fazer tour personalizado em ambientes culturais fornecendo informações históricas e técnicas. Pode ser feito por botões ou Palm.



Libras

São sinais realizados com diferentes configurações de mãos que permitem a interpretação de mensagens orais ou escritas.



Recursos táteis

Conjunto de peças, em escala real ou reduzida, utilizada para transmissão de informações táteis sobre espaços físicos, animais, esculturas e artefatos. Utilizado em acervos que contenham:

- Maquetes Táteis
- Taxidermia
- Cerâmica e artefatos arqueológicos

“O foco não está na deficiência, e sim na eficiência de cada um. Quando fazemos trabalhos em museus, eu brinco com os técnicos sobre qual a vocação de determinada peça”

tudo isso. A acessibilidade é também atitudinal. Nós já vimos isso em alguns espaços onde fui dar cursos ou fazer avaliação: muitas vezes você não tem os melhores recursos, o melhor espaço, mas você tem mediadores e equipes com muita boa vontade e que estão preparados para trabalhar com diversidade. Então, se a mediação é muito qualificada, você consegue romper várias barreiras.

Você acha que a discussão sobre infraestrutura acaba se sobrepondo a outras articulações necessárias?

Na verdade, hoje a gente tem várias áreas da acessibilidade – infraestrutura, atitudinal, barreiras de informação, de comunicação –, mas você vai ter também questões de acesso econômico, político, outras searas que acabam implicando em tudo isso. É difícil dizer qual se sobrepõe a qual, ou pensar que se resolver bem essa, a outra tem menor importância. Todas têm muita importância, vai depender do contexto.

Mas se as pessoas têm consciência, se conseguem compreender a diver-

sidade, elas vão estar mais abertas a buscar soluções e não focar só no problema. Acho que o foco, como eu disse, é na eficiência, e não na deficiência. Já vi mediadores em espaços onde não existia nada de acessibilidade planejada, e a pessoa foi lá e, conhecendo seu público, pensou em maneiras de se comunicar de forma eficiente.

Gostaria que você comentasse sobre a ideia de “direito à diferença”, sobre o reconhecimento das diferenças em contraposição às tentativas de apagamento delas.

Essa questão da diferença a gente usa bastante, para não usar muito a palavra deficiência, porque é basicamente isso: conhecer a diferença. Não é para conhecer a deficiência, mas para saber como aquela pessoa se comunica com o mundo e com as pessoas, como ela usufrui dos espaços.

Há uma fala da Silvana Cambiaghi, uma arquiteta que escreveu o livro “Desenho Universal”, em que ela defende justamente isso: num ambiente hostil, mesmo uma pessoa sem deficiência pode se sentir defi-

ciente. Então a pergunta que eu sempre deixo é a seguinte: é a pessoa que tem deficiência ou é o nosso ambiente que tem deficiência? É o outro que tem deficiência ou é a gente que tem deficiência por não saber compreender e se comunicar com o outro?

Acho que a questão da diferença vai muito de compreender que todos são diferentes e que precisamos dialogar com todos.

Recentemente, uma empresa de tecnologia promoveu uma ação com um time de futebol em que um aplicativo traduzia os cantos da torcida para a língua de sinais, que eram apresentados por três jogadores do clube no celular de três pessoas surdas. Na sua opinião, qual o papel que a iniciativa privada pode exercer dentro desse debate?

Independentemente se essas atividades ou atuações forem da iniciativa privada, acho que todos que trabalham pela inclusão vão ser importantes. A gente vê muitas vezes essas atividades pontuais com foco em marketing, em uma campanha específica, ou às vezes a gente vê como



Closed Caption

Sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão que descreve, além das falas dos atores, qualquer outro som presente na cena.



Braille

Código composto por seis pontos em relevo, com 63 combinações possíveis que representam o alfabeto.



Texto ampliado

Impressão de textos ampliados (fonte 26, por exemplo) que permite a leitura por parte de pessoas com baixa visão.



Áudiodescrição

Permite a compreensão de sons e elementos visuais imperceptíveis sem o uso da visão. Consiste na descrição de informações visuais, como expressões faciais.

o início de uma cultura pela inclusão. Quando temos isso como formação de uma cultura, de conscientização, de criação de políticas e de estratégias, acho que é fantástico. Mas é claro também que a gente percebe que isso pode ser pontual apenas para um determinado objetivo.

Parece haver legislação suficiente para prever essa facilitação de acesso aos ambientes culturais. O problema não é normativo, então?

Não. Na verdade, se você for comparar com outros países, o Brasil é um dos que mais tem legislação sobre norma e acessibilidade. Nosso grande problema é fiscalizar e garantir que isso seja feito adequadamente. Quando falamos de legislação, o mais comum hoje é ver que há dificuldades para colocar essas leis e normas em vigor. Então, é uma legislação que vai sendo implementada muito paulatinamente.

A audiodescrição, por exemplo, deveria ser obrigatória da época em que foi criada até agora. Começou com obrigatoriedade de 20% dos canais abertos, depois isso foi aumentando e aí, claro, muitas vezes por pressão da própria iniciativa privada, isso foi demorando mais para entrar em vigor, porque muitas vezes gera custos.

Temos muitas normas e estudos, mas a legislação ainda não é tão fiscalizada. Temos um Plano Nacional de Cultura com 55 metas, e a meta 29 fala sobre acessibilidade. No plano se prevê que até 2020 todos os espaços culturais devem ser totalmente acessíveis, mas não se especifica o que significa ser totalmente acessível.

O fato de haver apenas uma meta sobre acessibilidade nesse Plano Nacional de Cultura representa um certo descaso com o assunto?

Eu acho que nós temos muita legislação. Essa meta número 29 já cobre um monte de coisas, e eu nem chego a questionar que exista apenas uma, porque uma bem feita pode ser muito

“ Se você for comparar com outros países, o Brasil é um dos que mais tem legislação sobre norma e acessibilidade. Nosso grande problema é fiscalizar e garantir que isso seja feito adequadamente ”

“ A gente tem instrumentos legais e normativos, mas faltam instrumentos de regulação, de consulta ”

bom. A gente tem instrumentos legais e normativos, mas faltam instrumentos de regulação, de consulta. Como você avalia e acompanha as metas para que em 2020 os espaços estejam 100% acessíveis? O que vejo hoje é que temos poucas iniciativas de mapeamento, e aí como vamos fazer para pensar nos planos e nas estratégias se eu não sei qual é a situação atual?

E esse planejamento estratégico, de mapeamento, levantamentos, isso deveria surgir de onde?

De políticas públicas. Acho que tudo que pode ser feito em conjunto, todas as parcerias são possíveis e podem contribuir, mas acho que ainda falta bastante construção de políticas públicas. Hoje temos cada vez mais editais, formas de fomento à cultura, que agora estão atentando para acessibilidade. Isso começa a ser critério de inclusão ou exclusão de uma proposta. Temos que criar instrumentos junto às políticas públicas, ações que não só promovam, mas que também controlem e fiscalizem as questões de acessibilidade. Todo e qualquer fomento que for dar, linha de crédito, edital, tem que contemplar acessibilidade. Ou sai acessível para todo mundo ou não sai. Não dá pra ficar empurrando sempre. O raciocínio tem que ser esse.

Falando de aplicações práticas em ambientes culturais, quais os recursos que estão na linha de frente e que não são necessariamente tão difíceis de serem implementados?

A gente tem muitas possibilidades, as estratégias e os recursos são os mais variados. O principal é identificar, de acordo com o contexto e a obra, as potencialidades daquele objeto. A gente vê que algumas coisas muito simples podem ser capazes de promover essa imersão. Durante a minha tese, por exemplo, a gente ia fazer a transposição de uma imagem bidimensional, uma foto de uma igreja, e aí buscamos objetos de

contextualização. Um deles, que pra mim era muito marcante, eram aqueles sons de sinos que você escuta em alguns momentos da liturgia, com um artefato que depois descobri que se chama carrilhão, formado por três sinos que produzem esse som. Um objeto como esse, o carrilhão, pode ser um original, réplica, ou similar. Eu fui numa loja de artefatos religiosos e, por um custo superacessível, comprei um desses, que foi colocado junto da obra no museu. Se você for olhar, alguns simples objetos de contextualização similares podem ser adquiridos e ajudar a promover a imersão do visitante naquele contexto da obra, e muito provavelmente aqueles mesmos recursos vão ser eficazes para outros públicos também. Para mim, é uma combinação de recursos que a gente tem que usar para cada serviço, local, obra. Vamos precisar identificar o que é crível e mais efetivo para aquela situação.

Existem obras que não são adaptáveis?

Claro que temos situações que são muito complexas. Na audiodescrição a gente fala que tudo o que pode ser visto, pode ser descrito. Isso serve para qualquer obra de arte: se aquilo pode ser fruído por alguém, a gente pode produzir recurso para que todos tenham acesso a essa fruição. Isso ocorre de maneiras diferentes, cada um vai ter que levar em conta seu repertório, suas associações, é uma interpretação que é única, mas isso acontece para quem vê e para quem não vê, para quem escuta e para quem não escuta.

Existem artistas que já pensam nisso desde a concepção da obra?

Sim. Tem muita gente superaberta, e a questão da acessibilidade acaba sendo um tensionador, um tensionador político até, que retoma aquela questão do patrimônio, do acervo que não pode ser tocado. Isso já acontece nos prédios: como eu faço uma

“ Quando você consegue explicar para um artista a ideia de que a fruição de um cego, de um surdo, vai ser diferente, isso pode ser um estopim para que ele pense em situações diferentes ”

“ A partir do momento em que pensamos para todos, incluindo as pessoas com deficiência, potencializamos as possíveis trocas que podem acontecer. Acho que estamos no mundo para ter experiências diferentes ”

rampa num lugar que não pode ser mexido? A acessibilidade traz esses tensionamentos, mas também um tensionamento que é conceitual. Quando você consegue explicar para um artista que talvez não tenha esse discernimento, esse conhecimento, a ideia de que a fruição de um cego, de um surdo, vai ser diferente, isso pode ser um estopim para que ele pense em situações diferentes.

Partindo da ideia de que a concepção acessível sempre será benéfica para todos, quais as perspectivas em um cenário em que os ambientes culturais sejam de fato acessíveis e integrados?

Acho que a partir do momento em que pensamos para todos, incluindo as pessoas com deficiência, potencializamos as possíveis trocas que podem acontecer. Acho que estamos no mundo para ter experiências diferentes, isso aumenta o nosso repertório, nosso conhecimento, potencializa tudo. Então, se a gente pensar, de novo, em recursos, estratégias, que sejam concebidas para todos, a troca é muito maior, e o benefício é muito maior, porque hoje nós vivemos num mundo em que tudo ainda é muito visual.

A estratégia predominante, nos museus, na sala de aula, em qualquer espaço, ela é ainda muito visual, e aí privamos muito os nossos outros sentidos, deixamos de desenvolvê-los e de aproveitá-los. E, deixando de aproveitar, estamos deixando de nos emocionar por outras vias. O uso de recursos multissensoriais que promovem inclusão também promove nosso desenvolvimento. Hoje, quando eu vou assistir a uma peça, quando vou ao cinema, e tenho possibilidade de assistir também com audiodescrição, é outra experiência, porque a interpretação do audiodescritor ali é algo que eu não tinha percebido.

Acho que a gente poder usufruir e potencializar os outros sentidos é um benefício para o desenvolvimento de todos. ▣

ACESSIBILIDADE Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

ACESSIBILIDADE NA WEB É a possibilidade e a condição de alcance, percepção, entendimento e interação para a utilização, a participação e a contribuição, em igualdade de oportunidades, com segurança e autonomia, em sítios e serviços disponíveis na web, por qualquer indivíduo, independentemente de sua capacidade motora, visual, auditiva, intelectual, cultural ou social, a qualquer momento, em qualquer local e em qualquer ambiente físico ou computacional e a partir de qualquer dispositivo de acesso.

ACESSÍVEL Espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.

ADAPTAÇÃO RAZOÁVEL modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretam ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

ADAPTADO Espaço, edificação, mobiliário, equipamento

urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.

ADEQUADO Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.

AJUDA TÉCNICA Veja “tecnologia assistiva”.

ANALFABETISMO FUNCIONAL é a incapacidade que uma pessoa demonstra ao não compreender textos simples. Tais pessoas, mesmo capacitadas a decodificar minimamente as letras, geralmente frases, sentenças, textos curtos e os números, não desenvolvem habilidade de interpretação de textos e de fazer operações matemáticas.

ÁREA DE REFÚGIO OU RESGATE Área com acesso direto para uma saída, destinada a manter em segurança pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, enquanto aguardam socorro em situação de sinistro.

AUDIODESCRIÇÃO Recurso que transforma o visual em verbal, voltado a pessoas com deficiência visual e auxiliar no entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos.

AUDIOGUIA sistema eletrônico que permite fazer roteiro personalizado em ambientes culturais, fornecendo informações históricas/técnicas.

audiolivro – é um desdobramento artístico de uma obra literária, não significando que uma pessoa cega não possa utilizá-lo.

BRILLE Sistema, inventado por Louis Braille (1809-1852), de representação das letras do alfabeto, sinais matemáticos e de pontuação, números, notas musicais, simbologia química etc., formado por arranjos de

Foto: Flávia Valsani



QUESTÃO DE RESPEITO. A acessibilidade atitudinal, fundamental para garantir os direitos da pessoa com deficiência, passa também pelo uso de um vocabulário adequado quando lidamos com o tema

pontos em relevo, dispostos em duas colunas de três pontos na Cella Braille.

CAPACITISMO É a discriminação e o preconceito social contra pessoas com qualquer tipo de deficiência. Em sociedades capacitistas, a ausência de qualquer deficiência é visto como o normal, e pessoas com alguma deficiência são entendidas como exceções; a deficiência é vista como algo a ser superado ou corrigido, se possível por intervenção médica; um exemplo de postura capacitista é dirigir-se ao acompanhante de uma pessoa com deficiência física em vez de dirigir-se diretamente à própria pessoa.

CEGO Veja “deficiência visual”.

COMUNICAÇÃO SONORA comunicação que acontece por meio de sons e requer a percepção auditiva para sua recepção.

COMUNICAÇÃO TÁTIL Aquele que se dá, principalmente, por meio de símbolos gráficos com texturas diferenciadas e/

ou em relevo ou pela emissão de impulsos vibratórios e requer a percepção tátil para sua recepção.

COMUNICAÇÃO VISUAL – comunicação que se dá por meio de imagens e requer a percepção visual para sua recepção.

DEFICIÊNCIA É um conceito em evolução; é resultado da interação entre pessoas com impedimentos (físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais) e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência)

DEFICIÊNCIA AUDITIVA Redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons em diferentes graus de intensidade. Não é correto utilizar o termo surto-mudo. A pessoa surda “fala” em sua própria língua e com terapia fonoaudiológica pode desenvolver a fala oral.



DEFICIÊNCIA FÍSICA Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparlesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL Limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que aparecem nas habilidades conceituais, sociais e práticas, antes dos 18 anos. A pessoa com deficiência intelectual não é necessariamente considerada incapaz de exercer sua cidadania.

DEFICIÊNCIA MENTAL Veja pessoa com deficiência intelectual

deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências. Ex: deficiência intelectual associada à deficiência física.

DEFICIÊNCIA SENSORIAL Perda da capacidade de receber mensagens por um ou mais dos órgãos de percepção (visão, audição, olfato, paladar, tato); inclui a deficiência auditiva/surdez, a deficiência visual, a surdo-cegueira, a deficiência tátil e a múltipla deficiência sensorial.

DEFICIÊNCIA VISUAL Pessoa com cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 600; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

DEFICIENTE Veja “pessoa com deficiência”.

DESENHO UNIVERSAL Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico.

DISLEXIA Perturbação na aprendizagem da leitura pela dificuldade no reconhecimento da correspondência entre os símbolos gráficos e os fonemas, bem como na transformação de signos escritos em signos verbais.

DISCRIMINAÇÃO POR MOTIVO DE DEFICIÊNCIA Significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.

EQUIPAMENTO URBANO Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, em espaços públicos e privados.

FORMATOS ACESSÍVEIS – Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.

GUIA DE BALIZAMENTO Elemento edificado ou instalado junto aos limites das superfícies de piso, destinado a definir claramente os limites da área de circulação de pedestres, perceptível por pessoas com deficiência visual.

HÁPTICA Tecnologia assistiva para surdocegos; O adjetivo háptico significa “relativo ao tato”, “sinônimo de tátil”, e é proveniente do grego *haptikós*, é, ón “próprio para tocar, sensível ao tato”. É o correlato tátil da óptica (para o visual) e da acústica (para o auditivo).

INCLUSÃO Ato de integração plena de pessoas portadoras de necessidades especiais em todos os tipos de atividades.

INTEGRAÇÃO Ação, processo ou resultado de integrar indivíduos de um grupo estrangeiro ou minoritário a uma comunidade ou nação.

LEGENDA DETALHADA Inclui, além das falas dos personagens em cena, informações e falas de personagens em off (fora de cena) e a transcrição de sons não literais, despercebidos sem o uso da audição.

LEGENDAS CLOSED CAPTION Também conhecida como CC, legenda oculta com indicações do áudio original (diálogos, ruídos, trilhas sonoras etc.).

LEGENDAS OPEN CAPTION Produzida no mesmo conceito e padrão das closed caption, mas exibida de forma aberta a todo o público espectador.

LEITURA DE TELA Sistema que capta todas as informações textuais exibidas na tela do computador e as transmite através de voz sintetizada. Utiliza equipamentos da informática, como software e hardware específicos.

LEITURA OROFACIAL Conhecida como leitura labial ou leitura da fala, consiste na interpretação visual da comunicação de um falante através da decodificação dos movimentos dos lábios e das expressões fornecidas pela contração dos músculos da face. É utilizada por uma parcela dos surdos e surdo-cegos.

LIBRAS Veja “língua brasileira de sinais”.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) Língua de natureza visual-espacial, com estrutura gramatical própria, que constitui o sistema linguístico de comunidades surdas do Brasil.

LIVRO FALADO É uma tecnologia assistiva, cujo objetivo é o acesso à informação com o mínimo de interferência de interpretação de terceiros.

MOBILIÁRIO URBANO Conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.

MOBILIDADE REDUZIDA Veja “pessoa com mobilidade reduzida”.

PARES DE APRENDIZAGEM OU APRENDIZAGEM POR PARES Sugere que as atividades educativas sejam realizadas para facilitar ou incentivar as interações aluno-aluno, o que requer envolvimento de todos os participantes no planejamento e na realização de atividades. A palavra “par” indica indivíduos que são similares em posição, idade e interesses.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA É aquela que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

PESSOA DEFICIENTE Veja “pessoa com deficiência”.

PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA Aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA Veja “pessoa com deficiência”.

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS Veja “pessoa com deficiência”.

PISO TÁTIL Piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São de dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional.

PREFERENCIAL OU PRIORITÁRIO Refere-se a pessoas com atendimento prioritário por condição (idade, deficiência, tipo de mobilidade etc.).

RECURSOS TÁTEIS conjunto de peças, em escala real ou reduzida, utilizada para maior compreensão sobre espaços físicos, esculturas, e artefatos expositivos.

ROTA ACESSÍVEL Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode incorporar estações, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros.

ROTEIROS DE AVALIAÇÃO

Avaliações feitas sobre aspectos arquitetônicos, comunicacionais e atitudinais de um ambiente ou experiência previstos.

SCANNERS ACESSÍVEIS São equipamentos de tecnologia assistiva que reproduzem em áudio o texto escrito, tornando acessível quase todo o acervo das bibliotecas. Desta forma, a pessoa com deficiência visual pode consultar não apenas os livros em Braille, mas também livros e revistas impressos e demais itens disponíveis.

SERVIÇO ASSISTIDO Apoio para auxiliar qualquer pessoa com dificuldade de circular no ambiente ou de utilizar algum equipamento.

SURDEZ Veja “deficiência auditiva”.

SURDOCEGUEIRA Deficiência única, que apresenta a perda da visão e da audição concomitantemente em diferentes graus.

TECNOLOGIA ASSISTIVA Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

TEXTO AMPLIADO Impressão de textos ampliados, que permite o acesso para pessoas com baixa visão e idosos.

USABILIDADE Medida da experiência e satisfação de um usuário ao interagir com um produto ou um sistema, seja um site, um software ou todo dispositivo operado por um usuário. A usabilidade é uma combinação dos fatores que afetam a experiência do usuário com o produto ou o sistema, quais

sejam: facilidade de aprendizagem, eficiência do uso, memorização, frequência de erros e severidade, satisfação subjetiva.

USO COMUM Espaços, salas ou elementos, externos ou internos, disponíveis para o uso de um grupo específico de pessoas (por exemplo, salas em edifício de escritórios, ocupadas geralmente por funcionários, colaboradores e eventuais visitantes).

USO PÚBLICO Espaços, salas ou elementos externos ou internos, disponíveis para o público em geral. O uso público pode ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada.

Alguns parâmetros legais

Há hoje inúmeros marcos legais que anunciam, orientam e direcionam as formas de manifestação de ações com foco na acessibilidade e na garantia de direitos de pessoas com deficiência. Abaixo, seguem alguns destes documentos, que ilustram a evolução das pautas de cidadania desta população:

1991

Lei 8.213/Lei de cotas de contratação de pessoas com deficiência nas empresas Dispõe sobre percentuais de destino de cargos para empregados com deficiência em empresas e sobre os planos de benefícios na previdência. Desde meados da década de 2000, essa lei vem sendo fiscalizada com rigor pelo Ministério Público, que aplica multas para



Há hoje inúmeros marcos legais que anunciam e orientam as formas de manifestação de ações com foco na acessibilidade e na garantia de direitos de pessoas com deficiência.

os estabelecimentos que não a cumprem ou a cumprem de forma indevida.

2004

Decreto Federal 5.296 Regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a de nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que garantem o atendimento prioritário, acessibilidade física para pessoas com deficiência em diversas áreas como transporte, habitação, bens culturais imóveis e acesso a comunicação e informação.

2007

Instrução Normativa nº 1 IPHAN-MinC Instrução de norma de acessibilidade aplicada a museus e construções históricas tombadas contendo orientações específicas de adequações levando em consideração a preservação do patrimônio cultural. Redigida por grupo de técnicos especializados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Regulamentada pelo decreto lei 5.296/2004 como documento de orientação para garantia de Acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis.

2008

Convenção da ONU pelos Direitos das Pessoas com Deficiência Documento de caráter internacional redigido por consultores especializados os quais preconizam os direitos das pessoas com deficiência nas mais diversas esferas sociais. Tem caráter obrigatório, uma vez que a Presidência da República do Brasil assinou o Protocolo Facultativo na sede da ONU, em Nova York, em 2007.

ABNT-NBR 15599 – Acessibilidade Comunicação na Prestação de Serviços, 2012 – Oferece diretrizes que garantem o acesso aos mais diversos ambientes e serviços com garantia de acessibilidade comunicacional para pessoas com diferentes deficiências,

prioritariamente visuais, auditivas e pessoas com surdocegueira. É complementar a NBR 9050.

2010

Plano Nacional de Cultura – Ministério da Cultura Documento que tem como objetivo o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020), voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Em sua meta 29, o plano busca garantir que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos espaços culturais, seus acervos e atividades, por meio da adaptação do espaço físico e oferecimento de bens e atividades culturais em formatos acessíveis.

Já a meta 3 tem como objetivo produzir um mapa das expressões culturais e linguagens artísticas de todo o Brasil. A cartografia da diversidade cultural brasileira deve abarcar as especificidades culturais de cada estado e todas as expressões do patrimônio artístico e cultural brasileiro (material e imaterial), incluindo as produções de pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento psíquico.

Plano Nacional Setorial de Museus – IBRAM Documento redigido para estabelecer um conjunto de propostas que definem as metas do plano setorial da área de museus e patrimônio cultural no qual se integra ao Plano Nacional de Cultura (PNC).

2013

Lei Rouanet – Instrução Normativa Nº 1, de 24 de junho de 2013 Documento que preconiza o oferecimento de acessibilidade em editais de cultura aprovados e executados com recursos da Lei Rouanet: XI – medidas de acessibilidade: intervenções que objetivem priorizar ou facilitar o livre acesso de idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, assim definidos em legislação

específica, de modo a possibilitar-lhes o pleno exercício de seus direitos culturais, por meio da disponibilização ou adaptação de espaços, equipamentos, transporte, comunicação e quaisquer bens ou serviços às suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas de forma segura, de forma autônoma ou acompanhada, de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; XII – democratização do acesso: medidas que promovam acesso e fruição de bens, produtos e serviços culturais, bem como ao exercício de atividades profissionais, visando a atenção às camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação, para cumprimento do disposto no art. 215 da Constituição Federal.

Proac Em 2013 a acessibilidade passa a ser contrapartida obrigatória. Além da acessibilidade econômica – ingressos gratuitos ou a preços populares –, a promoção da acessibilidade comunicacional também passa a ser critério de análise da proposta apresentadas como contrapartida.

Medidas que objetivem priorizar ou facilitar o livre acesso de idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de modo a possibilitar-lhes o pleno exercício de seus direitos culturais, devem fazer parte do planejamento de produtores e artistas.

Tratado de Marrakesh Visa ampliar o acesso a obras publicadas às com deficiência visual ou com outras dificuldades para acessar ao texto impresso. É um tratado internacional assinado em Marrakesh, Marrocos, em 28 de junho de 2013. O objetivo do Tratado é facilitar, por meio de exceções

de copyright, a elaboração de versões de acessíveis a pessoas com dificuldades visuais de livros originalmente protegidos por leis de propriedade intelectual (copyright).

Atualmente, 79 países assinaram o Tratado. Vem sendo considerado um marco de mudança positiva de paradigma tanto no que tange à regulamentação internacional do sistema de copyrights e de direitos de propriedade intelectual quanto no que tange à preocupação com a acessibilidade e com os direitos de pessoas com deficiência.

2015

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.

ABNT – NBR 9050 Norma Brasileira de Acessibilidade explica em detalhes todos os requisitos de adequações de acessibilidade física e sinalização acessível para edificações, mobiliário e elementos urbanos. Foi regulamentada pelo decreto-lei 5.296, em 2004.

Instrução Normativa Nº 128 da ANCINE Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica.

2017

Lei 13.466, de 12 de julho de 2017 Altera os arts. 30, 15 e 71 da Lei no 10.741, de 10 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, dentre elas o atendimento preferencial a idosos com 80 anos ou mais, em relação aos demais.

EU, PÚBLICO; EU, ARTISTA COM DEFICIÊNCIA

Um conto sobre a acessibilidade cultural

texto: Ney Wendell*

HOJE ALIMENTAMOS SONHOS DE QUE CADA PESSOA TEM O SEU DIREITO DE experimentar as artes em apreciações e fazeres diversos como um cidadão cultural. Convido então você a mergulhar no meu sonho realizado de um público, de um artista com deficiência ou como você queira dialogar comigo.

O mais fácil é me entender como qualquer ser humano, que é um ser criador que deve ter sua autonomia e sua singularidade respeitados no contato criativo com as artes. Escrevo para acessar o seu coração criativo.

Da minha janela sinto o ar e ouço os ruídos do dia que finaliza. Sinto que o sol se despede. Guardo sempre uma frase que me disseram na infância: “Quando o sol se põe, ele entra na gente”. É com essa sensação de sol que entra que posso agora compartilhar minha história, pois dentro de mim há luminosidades trazidas por uma obra artística. Escrevo ainda na emoção, como o vento que não cessa de entrar pela janela e passear pelo meu apartamento.

Antes que eu esqueça, devo apenas dizer que tenho 55 anos e que minha história ganha um marco nesta idade. Foi neste ano que entrei pela primeira vez num teatro. Era início da noite e eu podia sentir as estrelas que clareavam o céu, pois as pessoas passavam felizes por mim. O céu aberto é como uma obra de arte

aberta a todos, deixando-nos felizes, pois somos vinculados às luzes das estrelas.

Cheguei ao teatro no centro velho da cidade – lugar muito conhecido pelos meus pés que ali passam para trabalhar, mas que nunca pisaram naqueles mármore do velho teatro. Segui as orientações de acesso, sentindo os relevos nos pés que me guiavam à bilheteria. O balcão adaptado me possibilitava um contato direto ao bilheteiro, que me tratou com o respeito natural devido a qualquer ser humano espectador. Expliquei que estava ali porque um amigo do Instituto de Cegos me falou que o teatro criou uma programação acessível ao público com a minha deficiência. Logo percebi que estava ao meu lado uma jovem que se apresentou como mediadora cultural e que naquela noite era a responsável por me acompanhar.

Comprei o ingresso e recebi um programa em libras. Fantástico trabalho! Em seguida acompanhei a mediadora para que ela me apresentasse o equipamento de audiodescrição. Minhas mãos tremiam um pouco, pois misturava a emoção de ser bem acolhido e o nervoso de usar aquele equipamento pela primeira vez no teatro. Depois das explicações, aguardei um pouco e logo em seguida chegaram outros deficientes visuais, formando-se um grupo de

*Professor da Faculdade de Artes da Universidade de Quebec, em Montreal, no Canadá.

cinco pessoas. Fomos convidados pela mediadora a visitar o palco e a conhecer alguns objetos do cenário e acessórios para facilitar a compreensão do que seria vivido em cena.

No palco, minhas mãos tocaram uma estrutura que parecia cimento de uma parede velha. Percebi que aquela sensação me trazia lembranças de minha infância sofrida, quando perdi a visão aos poucos e fiquei tocando meses nas paredes entre minha casa e a escola. Senti de novo minhas mãos descasadas... Respirei forte! A mediadora me chamou pelo nome: “Senhor Jonas, podemos descer”. Fiquei surpreso e feliz por ser chamado pelo meu nome.

Ela já tinha finalizado o percurso e as explicações. Antes de se despedir do grupo, apresentou o intérprete que estaria conosco pela voz durante o espetáculo. A mediadora explicou que nos deixaria então, pois um grupo de surdos a aguardava com uma intérprete em libras que ficaria ao lado do palco durante o espetáculo. Era um sonho ter aquelas pessoas solidárias nos introduzindo às artes.

O primeiro sinal soou. Naquele momento me vi como público com deficiência sendo respeitado como espectador que tem direito de estar ali e viver a imersão estética tão desejada. Quando fiquei cego, fui sempre excluído das atividades culturais na igreja e na família e não havia aulas de artes onde eu estudava. Nunca pensei em entrar em um teatro e ser público, mesmo com minha formação universitária em Direito. Foi meu amigo que me convenceu, pois tinha se transformado em militante pela cultura acessível a todos.

Segundo sinal. Meu coração bateu mais forte. Eu era ali um representante de 24% da população brasileira que tem algum tipo de deficiência e um dos 400 mil que têm salário para poder pagar aquele bilhete. Estava saindo ali da lista dos 60% dos brasileiros que nunca foram a um teatro. Era minha inclusão no mundo da fruição artística. Estava me sentindo importante! Ria internamente, para

segurar minha ansiedade.

Terceiro sinal. Chegou a hora de colocar o fone de ouvido. Luzes apagadas fora e muita luz acesa internamente, para poder tudo ver através dos olhos da minha alma. O espetáculo começou! Ouvia o intérprete no fone de ouvido:

– Luzes azuis se acendem nas laterais do palco. Vê-se em cena um grande e imponente muro que divide o palco ao meio. Um homem entra numa cadeira de rodas, pela lateral direita. Segue lentamente para o meio. Uma luz branda ilumina seu caminho. Ele chega no muro e toca-o forte com as duas mãos.

Naquele momento ouviu-se um grito sobrepondo-se à trilha sonora. O grito me assustou e me jogou ao fundo da minha angústia, quando tocava nas paredes com suas cascas secas. Respirava forte apertando minha bengala e a cadeira.

– O personagem ergue suas mãos no mais alto ponto que ele pode e começa a descê-las lentamente. Há uma luz que focaliza suas mãos.

A voz do personagem era audível naquele momento. Estava na quarta fileira ao meio e o ouvia como se estivesse ao meu lado. Era meu primeiro encontro com um ator pela voz que dizia lentamente:

– Há um mundo para mim, mas minhas mãos ainda tocam este muro. Meus dedos repetem este mesmo movimento dia após dia na esperança de empurrar o muro. Sim! Ainda há um muro aqui. Ainda minha impossibilidade de ir e vir. Talvez eu esteja trancado... Quero passar ou sair! Eu sou gente!

A música de Caetano Veloso começou a tocar. Sua letra cruzava minhas entranhas (Gente pobre arrancando a vida / Com a mão / Gente viva, brilhando estrelas / Na noite / Gente quer ser feliz / Gente quer luzir!). Ouvia um barulho junto com a trilha sonora orquestrada com guitarras e violoncelo. Percebia que o ator se mexia rápido na sua cadeira. O intérprete prosseguiu a narrativa.

– O personagem dança em cena. Ele circula o palco rapidamente e se bate algumas vezes contra o muro. Num movimento brusco e coreografado, ele se



Naquele momento me vi como público com deficiência sendo respeitado como espectador que tem direito de estar ali e viver a imersão estética tão desejada. Quando fiquei cego, fui sempre excluído das atividades culturais



deixa cair no chão. Fica estendido.

A música para de vez. Um silêncio depois daquela frase “fica estendido”. Era apenas o início do espetáculo e já me sentia captado pela obra. Aquele personagem era eu. Assim me sinto diante das adversidades da jornada diária. Há muros físicos, humanos, linguísticos, que nos impedem de acessar. O silêncio se quebra com ruídos de cidade e o intérprete nos esclarece.

– No lado esquerdo do palco entram cinco personagens falando ao telefone. A luz azul muda-se para um amarelo que vem do fundo, deixando os corpos apenas em contornos luminosos. Eles andam e realizam movimentos coreografados como se estivessem perdidos. Algumas vezes um cai e os outros passam por cima e continuam falando ao telefone. Enquanto isso, no lado direito uma luz ilumina as duas mãos do personagem cadeirante. Elas dançam lentamente.

Os cinco personagens começam a falar cada um a seu tempo sobre suas vidas em correria e frustrações na relação com os outros. Algumas vezes pareciam que dialogavam entre si pela quebra de frases, mas continuavam sempre ao telefone. De repente, param de falar e ouve-se um som grave como de uma máquina que se move. O intérprete nos conduz.

– Os cinco personagens viram para a direita como se enxergasse algo. O grande muro se divide em seis pedaços de forma uniforme ocupando todo o palco. Cada personagem fica colocado em frente a

um pedaço. O cadeirante volta para sua cadeira e cola-se também a um pedaço do muro.

A música “Lado B Lado A” do Rappa começa a tocar. Suas palavras me enchem de um sentimento de revolta e fé ao mesmo tempo. “Força, quando mete o pé, é com força, força, força. Quando mete o pé, é com força!”. Segue o intérprete, ágil.

– Luz branca ilumina toda a cena. Vê-se os detalhes de cada um dos personagens de idades variadas. Dois são mais velhos. São três mulheres e dois homens. O cadeirante começa a dançar atravessando toda a cena. Faz movimentos bruscos próximos a cada um dos cinco outros personagens que estão como estátuas diante do muro. O cadeirante segue dançando com movimentos de braços e rotações na cadeira. Ele começa a retirar os celulares das outras pessoas e estas caem como se tivessem sido desligadas. O cadeirante retorna ao muro.

Algo inusitado começou a acontecer comigo. Quando o intérprete falava dos movimentos da dança, meu corpo ressoava algo como se eu também quisesse dançar. Minha memória trazia à tona uma imagem da minha infância quando eu ainda não era cego. Um dia eu resolvi colocar uma música clássica e dançar para a família na sala. Meu pai correu, desligou o som, pegou o cinto e disse: “Homem não dança desse jeito”. “Você quer ser menina, é isso?” Seu cinto tocou como lâmina nas minhas pernas.

Engoli o choro ali na plateia, como fiz



Algo inusitado começou a acontecer comigo. Quando o intérprete falava dos movimentos da dança, meu corpo ressoava algo como se eu também quisesse dançar.





quando olhei nos olhos de meu pai. Segui minha vida e desisti de dançar, de ser artista. Como ser artista cego neste país? A música do Rappa repete-se na minha cabeça. “Pois a vitória de um homem às vezes se esconde num gesto forte, que só ele pode ver.”

Ali na quarta fileira estava um público redescobrendo-se artista com deficiência.

Dali para a frente a história se desenrolou numa fantástica narrativa surreal e simbólica. Aos poucos cada um enfrentou seus muros. Houve diálogos e conflitos fortes entre os seis personagens. Aos poucos os muros foram caindo e se transformando em pontes. Guardei momentos divertidos e tristes da vida daqueles pessoas que venciam seus muros por vezes criados por si ou impostos pela sociedade, religião etc.

Próximos ao final, sem muros, descobrimos que eram uma família com quatro filhos e que os conflitos passaram da revolta, da distância entre todos, ao amor que destrói muros. Muitas músicas, coreografias e textos poéticos me fizeram refletir sobre a família daqueles que têm deficiência e de como aquilo era um exemplo do que vemos na sociedade. Minhas lágrimas no final eram por perceber que ainda temos muitos muros entres nós, seres humanos, nesta família planetária. Ainda precisamos de muitas pontes para que consigamos acessar um o coração do outro.

Logo após a apresentação, houve um curto debate com os atores conduzidos pela mediadora cultural. Pude dialogar com o ator que fazia o cadeirante. Apresentei-me e perguntei para ele sobre como é ser artista com deficiência e se ele me indicava uma forma para entrar neste mundo das artes. Com paciência, ele me respondeu.

– Boa noite, Jonas! Para mim foi um sonho que consegui realizar. Tive que suportar as negações de familiares e amigos que não acreditavam no meu potencial depois que tive o acidente de moto, aos 19 anos. Represento uma boa quantidade dos acidentados no trânsito no Brasil que ficam com sequelas. Resisti,

fui fazer curso de dança contemporânea, vencendo preconceitos, e segui em uma companhia de dança. Este espetáculo traz muitos elementos da minha história e o quanto é necessário o artista com deficiência ser resiliente. Jonas, se quer fazer dança mesmo, deve seguir este sonho. Há alguns espaços culturais que possuem grupos de dança com deficientes visuais aqui na cidade. Você pode...

O ator continuava falando, mas eu não o escutava mais, pois meu sorriso começou a crescer e minha alma se encheu de esperança. Já me via no palco com as luzes e os aplausos.

Após o debate, encontramos a mediadora. Perguntei a ela sobre por que o teatro começou a realizar aquele tipo de ação para acessibilidade do público. Sua resposta me surpreendeu.

– Estamos cumprindo a lei municipal. Nosso município nos obriga atualmente a adaptar o teatro e sua programação. Temos hoje um manual de acessibilidade cultural da cidade que nos orienta tanto nas questões arquitetônicas e estruturais como na programação adaptada às pessoas com deficiência. Conseguimos também reunir um coletivo de mediadores de alguns espaços culturais e estamos lançando um “Guia prático para acessibilidade nas artes cênicas”. Além disso, já modificamos nosso site com novos softwares para atender diferentes demandas deste novo público, muito bem-vindo. Minha função enquanto mediadora é estruturar ações do antes, para preparar o público, do durante, para que ele se aproprie da obra, e do depois, para criar uma maior reverberação e compreensão dos espetáculos. Isso é feito com o objetivo de formar e desenvolver uma inclusão cultural de espectadores autônomos, participativos e multiplicadores das artes. Você, por exemplo, saíra daqui hoje querendo voltar, não é mesmo?

– Com certeza! – Respondi.

Ao nosso lado já estava o intérprete. Rimos todos quando reconhecemos sua voz, que nos acompanhou durante a apresentação. Toquei em seu ombro e

disse “você é uma janela que nos faz ver horizontes inimagináveis. Eu agradeço sua generosidade de nos fazer rir e chorar com tanta leveza”. O intérprete, emocionado, explicou:

– Nosso trabalho de intérprete é estar junto com o público, guiando para que vivam suas emoções e reflexões de forma autônoma, respeitando sempre sua liberdade de fruição. É nosso dever cumprir as novas diretrizes com inovações para a acessibilidade cultural. Você sabia que no regulamento 48/96 lançado pela ONU em 1993, está escrito que os Estados devem oportunizar às pessoas com deficiência o desenvolvimento de seu potencial criativo e artístico? No texto diz que devem ser criadas atividades de dança, teatro, música, literatura e artes visuais para esse público. Estamos seguindo as orientações e nos adequando com tecnologias, formações continuadas e principalmente com a escuta de vocês, público!

Aquela palavra, “público”, ficou na minha mente. Eu ali tinha entrado como público e saído como artista em desejo de recriar minha história.

Retorno o olhar para a minha janela, encerrando a escrita deste relato de alma encantada pelas artes. Na semana que vem, começarei aulas de dança. A noite aparece no azul escuro. Lágrima desce e desfaz-se nos meus lábios sorridentes. Minha alma de público e de artista com deficiência tem direito de ser feliz.



O ator continuava falando, mas eu não o escutava mais, pois meu sorriso começou a crescer e minha alma se encheu de esperança. Já me via no palco com as luzes e os aplausos



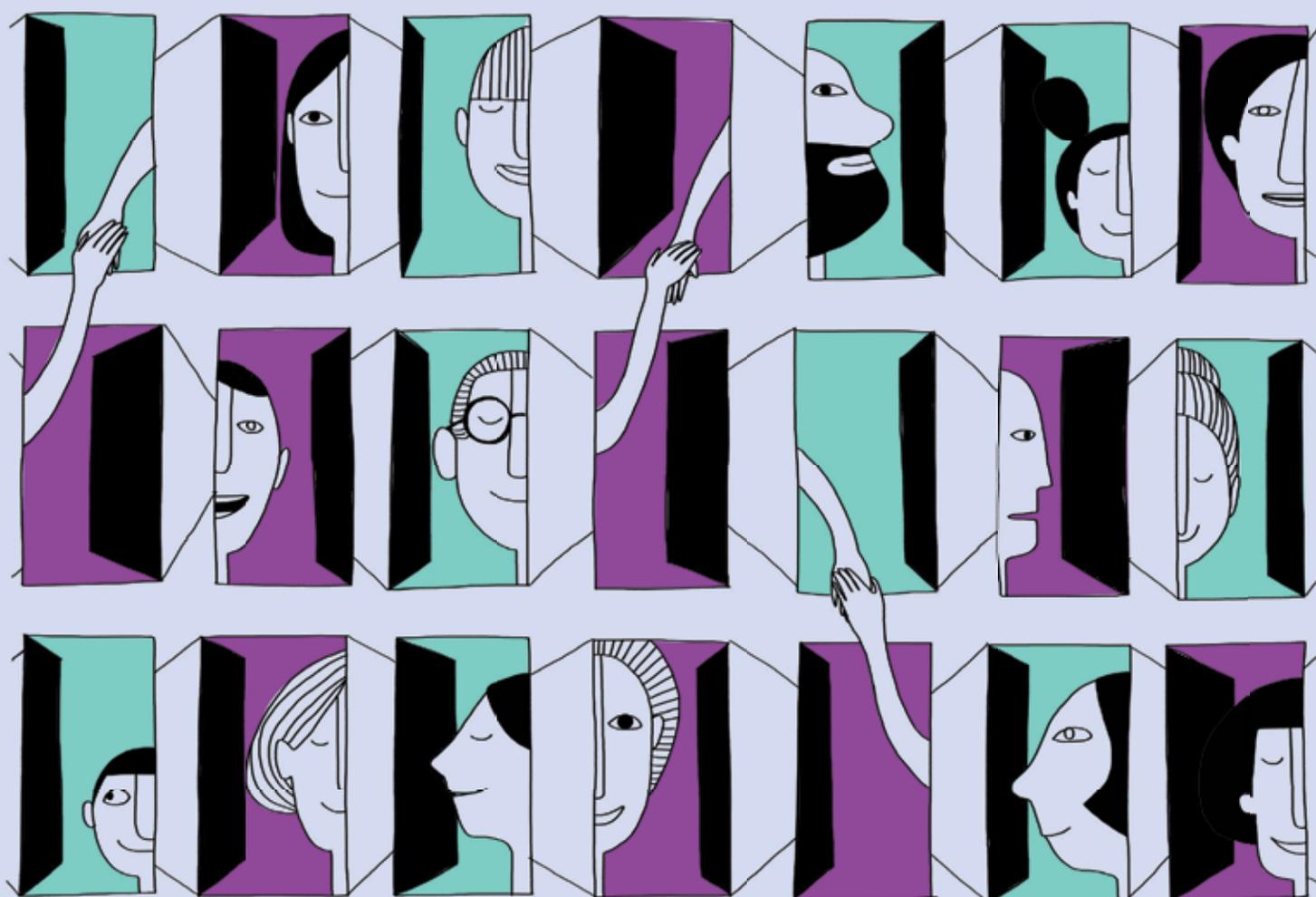


Ação contra a fome e o desperdício

Mesa Brasil é um programa de coleta de alimentos em supermercados, indústrias, centrais de abastecimento, restaurantes, padarias, entre outras empresas da área de alimentação, para doação a instituições sociais que atendam crianças, adolescentes, adultos e idosos. Como complemento a esta ação, são desenvolvidas também atividades educativas sobre higiene, conservação, preparo de refeições e variadas formas de evitar o desperdício. É mais um compromisso do Sesc no fomento da solidariedade e da cidadania.

Junte-se a nós no combate à fome e ao desperdício.
Saiba mais em sescsp.org.br/mesabrasil

O Centro de Pesquisa e Formação do Sesc é voltado à reflexão crítica e à produção de conhecimentos nos campos da educação, arte, gestão e mediação culturais.



ACESSIBILIDADE

Condições especiais de atendimento como tradução em Libras, devem ser informadas por e-mail ou telefone com até 48 horas de antecedência do início da atividade.
centrodepesquisaeformacao@sescsp.org.br 11 3254-5600